

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS
AGRÁRIAS - PECCA

MICHELE BISCAINO DIAS

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL POR DANO MORAL
COLETIVO

Curitiba
2014

MICHELE BISCAINO DIAS

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL POR DANO MORAL COLETIVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito básico para conclusão do Curso de
Especialização em Direito Ambiental - Universidade
Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Saulo Gomes Karvat

Curitiba

2014

Dedico este trabalho a Deus, o Criador de tudo e de todas as coisas, a minha fortaleza, a minha Luz.

Aos meus pais pelo exemplo de integridade, simplicidade e persistência em suas metas.

Ao meu irmão, aos meus familiares e amigos, ao meu namorado e a todos que convivem comigo, pelo carinho, compreensão, incentivo e paciência.

E aos amantes e defensores da natureza, que mantenham a esperança de um dia conquistarmos a plena conscientização global em busca da efetiva proteção ambiental.

“Não somente somos responsáveis sobre o que nós sabemos, sobre o que nós deveríamos ter sabido, mas, também, sobre o que nós deveríamos duvidar.” (Jean-Marc Lavieille)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do curso e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, principalmente, ao prof. Saulo Gomes Karvat.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
1.1 DEFINIÇÃO DE MEIO AMBIENTE	11
1.2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL	14
1.3 PRINCÍPIOS AMBIENTAIS	18
1.3.1 PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO.....	19
1.3.2 PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	19
1.3.3 PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20
1.3.4 PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR	20
1.3.5 PRINCÍPIO DO USUÁRIO-PAGADOR	21
1.3.6 PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS.....	21
1.3.7 PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL OU EQUIDADE	22
1.3.8 PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	22
1.3.9 PRINCÍPIO DO PROTETOR-RECEBEDOR	23
1.3.10 PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO ECOLÓGICO.....	24
1.3.11 PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO AMBIENTAL	24
1.3.12 PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COMUM, MAS DIFERENCIADA	25
2 ANÁLISE SOBRE AS ESPÉCIES DE DANO AMBIENTAL	26
2.1 AMPLITUDE DO BEM PROTEGIDO	26
2.2 REPARABILIDADE	27
2.3 EXTENSÃO DO DANO.....	27
3 DA TRÍPLICE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	30
3.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL	30
3.2 DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	35
3.3 DA RESPONSABILIDADE PENAL	36
4 MATERIAL E MÉTODOS	42
4.1 DA PROTEÇÃO AMBIENTAL	42
4.2 DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PASSIVA NO DIREITO AMBIENTAL...	45
4.3 OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NO DIREITO	

AMBIENTAL.....	46
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
5.1 A TEORIA DAS PROBABILIDADES PARA O NEXO DE CAUSALIDADE EM FACE DO DANO E RISCOS AMBIENTAIS	48
6 DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL	50
7 DO DANO MORAL AMBIENTAL E A INDEFINIÇÃO DA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA.....	51
7.1 DA INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE	51
7.2 DA INOVAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO	52
8 DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E SUA EFICÁCIA FRENTE AOS DANOS AMBIENTAIS	56
8.1 INTERESSES OU DIREITOS DIFUSOS.....	58
8.2 INTERESSES OU DIREITOS COLETIVOS	59
8.3 INTERESSES OU DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	59
9 ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ACERCA DO DANO MORAL AMBIENTAL	62
10 COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO DANO MORAL AMBIENTAL	66
11 REPARAÇÃO DO DANO MORAL AMBIENTAL	67
12 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR DANOS AMBIENTAIS DIFUSOS	68
12.1 CRITÉRIOS E MÉTODOS DE VALORAÇÃO ECONÔMICA DOS DANOS AMBIENTAIS.....	71
12.2 TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA.....	73
12.2.1 Valor de uso – direto ou indireto	73
12.2.2 Valor de opção	74
12.2.3 Valor de existência ou de não uso	74
13 DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO AMBIENTAL.....	76
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS.....	81

RESUMO

O dano moral ambiental, também denominado dano extrapatrimonial, é passível de reparação, tanto na esfera individual quanto coletiva, fundamentado na premissa de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O trabalho não esgota a matéria, mas apenas demonstra os avanços no trato do dano moral ambiental, principalmente, a possibilidade de configuração do dano moral afeto à coletividade como um todo. A pesquisa foi realizada utilizando-se do método histórico legislativo, doutrinário e jurisprudencial e revisão bibliográfica para analisar e compreender a ocorrência do dano moral ambiental, o cabimento e a forma de reparação. Foi realizado estudo da evolução e inovação na jurisprudência e foram abordadas as formas de interpretação do ordenamento jurídico e técnicas judiciais adotadas para aferição do *quantum* indenizatório do dano moral ambiental. Ao final, consta a conclusão de que é viável juridicamente, e necessária a reparação do dano moral ambiental para garantir a qualidade de vida e a própria vida, pois estão diretamente ligadas ao equilíbrio do meio ambiente, ou seja, um meio ambiente dignificante.

Palavras-chave: meio ambiente - dano ambiental – reparação – dano moral – direito difuso.

ABSTRACT

The environmental moral damage, also called off-balance sheet damage, is subject to repair, both in individual and collective level, based on the premise that everyone has the right to an ecologically balanced environment. The work does not exhaust the subject, but only demonstrates the advances in the treatment of environmental moral damage, particularly, the possibility of setting the moral damage affect the community as a whole. The survey was conducted using the method legislative history, doctrine and jurisprudence and literature review to analyze and understand the occurrence of environmental moral damages, the appropriateness and the form of repair. A study was conducted of evolution and innovation in the jurisprudence and addressed the ways of interpreting the law and legal techniques used to measure the environmental indemnity quantum moral damage. In the end, contains the conclusion that it is legally feasible and necessary to repair the environmental damage morale to maintain quality of life and life itself, because they are directly linked to the balance of the environment, ie a means dignified environment.

Keywords: environment-environmental damage-repair-damage-fuzzy rig

INTRODUÇÃO

A degradação descomedida ao meio ambiente compromete a qualidade de vida das pessoas, e, ainda mais, das futuras gerações, fato este que despertou, a partir dos anos 60 do século passado, a edição de normas jurídicas mais rígidas para a proteção do meio ambiente. Porém, hoje existem apenas vestígios de uma nova visão ético-ambiental, pois, para que haja efetiva proteção, o Poder Público deve intensificar suas políticas públicas ambientais e as pessoas devem se conscientizar sobre o grave problema que assola o meio ambiente. A responsabilidade deve ser, principalmente, preventiva, em prol do princípio da indisponibilidade da preservação ambiental, porém, sobrevivendo danos ambientais, a responsabilidade objetiva deve abranger tanto o dano ambiental material quanto o dano moral por ser o meio ambiente um bem difuso e coletivo.

O crescimento econômico não pode ser visto como ilimitado, já que os recursos ambientais são finitos, e, dessa forma, busca-se o respeito às regras da natureza visando o desenvolvimento sustentável, pois as presentes gerações estão consumindo as reservas das futuras. Hodiernamente, o modelo industrial é agressivo aos valores ambientais, tendo em vista que não há contabilização dos recursos ambientais no sistema econômico, mas o desenvolvimento econômico não poderá se dar a qualquer custo. Com o aumento da exploração dos recursos naturais tem-se a visão de antagonismo entre o meio ambiente e o crescimento econômico, que foi denominado pela doutrina de crise ambiental. Essa crise é o resultado da dissociação entre atividade econômica e meio ambiente, pois as condições tecnológicas, industriais e formas de organização e gestões econômicas da sociedade estão em conflito com a qualidade de vida.

O objetivo do presente trabalho é evidenciar a necessidade de estudo sobre o tema, pois o dano ambiental deve ser ressarcido, além da esfera patrimonial, também no âmbito extrapatrimonial, vez que afeta um bem difuso e coletivo. Ainda, busca-se enfatizar, que a conduta de todos deve ser preventiva no sentido de evitar a ocorrência de danos ambientais. O dano ambiental é difícil de ser provado em razão da incerteza científica, e pelo fato de que os bens tutelados são de difícil valoração, entretanto, mesmo diante da dificuldade de prova, não pode

deixar de buscar o ressarcimento, pois afeta um bem indisponível. Ainda, é de se ressaltar que o tempo não poderá ser alegado como forma de permitir ilegalidades, haja vista que não existe direito adquirido para continuar degradando o meio ambiente. Através de ponderação de probabilidades de concretização atual ou futura, e através da inversão do ônus da prova, é possível ser reparado de forma material ou moral.

O dever de reparação por dano moral ambiental, tanto na esfera individual, quanto na coletiva, é um tema cada vez mais presente e possível, pois os danos ambientais, se materiais, representam uma diminuição do patrimônio do indivíduo ou da coletividade, e, se for um dano moral ambiental, gera diminuição da qualidade de vida, o que, conseqüentemente, gera tamanha comoção e inquietação na população direta ou indiretamente atingida pelo evento. Isso é o que justifica a reparação por dano moral dado o impacto da violência ao bem comum e à sadia qualidade de vida. Alguns danos são passíveis de reparação, porém, a maioria dos danos é irreversível. A transgressão do sentimento coletivo resultante da lesão ambiental é presumida e se consubstancia em dano moral coletivo. Diante desse grave problema, se não houver a efetiva proteção ambiental de forma preventiva, não existirá nenhuma espécie de vida. Existem objeções quanto ao reconhecimento do dano moral ambiental no sentido de ser incompatível com o caráter transindividual da coletividade, e de ser impossível atribuir personalidade jurídica ao meio ambiente. Quanto à primeira objeção, não há qualquer limitação ou restrição no texto constitucional. Ainda, há expressa previsão na norma infraconstitucional sobre o cabimento de reparação por dano moral, quando houver ofensa ao meio ambiente. Com relação à segunda objeção, obviamente, o legislador não quis dizer que possa existir dano moral ao meio ambiente, pois não é sujeito de direitos, mas, pela interpretação sistemática dos dispositivos legais, pode ser alcançada a real intenção do legislador no sentido de indenizar quem detém o direito de ter um meio ambiente sadio e equilibrado, que é a coletividade. Através de um raciocínio lógico, o dano moral ambiental coletivo não precisa de provas de comoção ou sentimento público, pois há presunção da ofensa à coletividade.

Logo, as objeções para o reconhecimento do dano moral ambiental coletivo não devem prosperar, pois o direito a um meio ambiente dignificante é um direito de titularidade da coletividade e deve ser tutelado.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 DEFINIÇÃO DE MEIO AMBIENTE

A Lei 9.368/81 define meio ambiente em seu art. 3º, inciso I, como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

O legislador brasileiro adotou uma definição ampla (proteção global) e inseriu a vida animal e vegetal no mesmo patamar de importância da vida humana, além de realçar a interação e a interdependência entre homem e a natureza.

Paulo Bessa Antunes conceitua Direito Ambiental como “um direito humano fundamental que cumpre a função de integrar os direitos à saudável qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos recursos naturais”.¹

Percebe-se, que o princípio do direito humano fundamental está implícito na definição de Direito Ambiental.

Os termos “meio” e “ambiente” são equivalentes, porém, a expressão meio ambiente foi consagrada e incorporada à Constituição Federal. O conceito de meio ambiente abrange o homem e a natureza, o que permite afirmar que, se houver um dano ao meio ambiente, a coletividade será afetada, pois se trata de um bem difuso interdependente.

A doutrina prevalecente no Brasil também se posiciona com visão globalizante e abrangente do conceito jurídico de meio ambiente.

É o entendimento do ilustre AFONSO DA SILVA:

O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda a natureza, o artificial e original, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico. O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas.²

¹ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano Ambiental: Uma abordagem Conceitual**. Lumen Juris. Rio de

² SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. Malheiros. São Paulo, 1994, p. 80.

Já o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA definiu o meio ambiente como sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”³

O Direito Ambiental, para AMADO, “é o ramo do direito público composto por princípios e regras que regulam as condutas humanas que afetem, potencial ou efetivamente, direta ou indiretamente, o meio ambiente, quer o natural, o cultural ou o artificial”.⁴

Nas palavras de LEITE e AYALA, a crise ambiental implica em reformas no Estado através de normas de comportamento econômico, pois os problemas ambientais sejam de primeira ou de segunda geração, não se excluem, e isso exige comprometimento das gerações atuais com adoção de medidas restritivas para combater o problema, já que a qualidade de vida de sucessivas gerações acaba sendo afetada.⁵

Pelo que se pode depreender, a crise ambiental questiona a necessidade de introduzir reformas no Estado, incorporando normas no comportamento econômico e produzindo técnicas para controlar os efeitos contaminantes, com o propósito de dissolver as externalidades sociais e ecológicas geradas pela racionalidade do capital. [...] Os problemas ambientais, sejam de primeira ou de segunda geração, não se excluem, mas coexistem na modernidade, exigindo que o sistema jurídico esteja sempre em busca de mecanismos de compatibilização. Por essa razão, as normas disciplinadoras dos problemas ambientais de primeira geração ainda integram os mais diversos diplomas legais relacionados ao meio ambiente, muito embora a visão antropocêntrica tradicionalista esteja em processo de flexibilização.⁶

Ainda, nos dizeres de LEITE e AYALA, cabe frisar algumas preocupações centrais e alguns valores, que devem servir de guia para a conduta antropocêntrica em relação ao meio ambiente:

1. o ser humano pertence a um todo maior, que é o complexo, articulado e interdependente;
2. a natureza é finita e pode ser degradada pela utilização perdulária de seus recursos naturais;

³ RESOLUÇÃO CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002. **Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.** Publicada no DOU nº 138, de 19 de julho de 2002, Seção 1, p. 75-76.

⁴ AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**, 3ª ed. Revista atualizada e ampliada. Editora Método. São Paulo: 2012, p. 11.

⁵ Cf. LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Dano Ambiental. Do individual ao coletivo extrapatrimonial** – teoria e prática – 5ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2012, p. 27 e 36.

⁶ *Ibidem*, p. 27 e 36.

3. o ser humano não domina a natureza, mas tem de buscar caminhos para uma convivência pacífica, entre ela e sua produção, sob pena de extermínio da espécie humana;
4. a luta pela convivência harmônica com o meio ambiente não é somente responsabilidade de alguns grupos “preservacionais”, mas missão política, ética e jurídica de todos os cidadãos que tenham consciência da destruição que o ser humano está realizando, em nome da produtividade e do progresso.⁷

Nas sábias palavras de BENJAMIN, o meio ambiente é um macrobem.

Como bem – enxergado como verdadeiro *universitas corporalis*, é imaterial – não se confundindo com esta ou aquela coisa material (floresta, rio, mar, sítio histórico, espécie protegida etc.) que o forma, manifestando-se, ao revés, como o complexo de bens agregados que compõem a realidade ambiental. Assim, o meio ambiente é bem, mas, como entidade, onde se destacam vários bens materiais em que se firma, ganhando proeminência, na sua identificação, muito mais o valor relativo à composição, característica ou utilidade da coisa do que a própria coisa. Uma definição como esta de meio ambiente, como macrobem, não é incompatível com a constatação de que o complexo ambiental é composto de entidades singulares (as coisas, por exemplo) que, em si mesmas, também são bens jurídicos: é o rio, a casa de valor histórico, o bosque com apelo paisagístico, o ar respirável, a água potável.⁸

No conceito a seguir extraído de um artigo de LEITE e outros, fica bem clara a diferenciação entre macrobem e microbem.

Pode-se compreender o meio ambiente como um todo unitário, indivisível, incorpóreo e imaterial ou como os elementos naturais que compõem esse todo unitário e indivisível (água, florestas, ar, etc). No primeiro caso fala-se em macrobem e os caracteres de unidade, indivisibilidade e integralidade fazem-se necessário para a garantia efetiva de um meio ambiente equilibrado, que é necessário à qualidade de vida de toda a coletividade. A dominialidade, aqui, é difusa, e os benefícios de um meio ambiente sadio são de todos, ao passo que os malefícios de um meio ambiente degradado também. No segundo caso, fala-se em microbem, ressaltando-se os elementos que compõem o macrobem. A dominialidade do microbem pode ser pública stricto sensu (relativa ao Estado) ou privada, dependendo da propriedade na qual se situam os elementos do referido microbem.⁹

ALMEIDA menciona que,

[...] quando o constituinte define o direito ao meio ambiente como sendo um bem de uso comum do povo, não o faz na acepção restritiva do Código Civil, como um

⁷ LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Dano Ambiental. Do individual ao coletivo extrapatrimonial** – teoria e prática – 5ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2012, p. 74.

⁸ BENJAMIM, Antônio Herman V. (coord.). **Função ambiental. Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão**. Ed. RT. São Paulo: 1993, p. 75.

⁹ LEITE, José Rubens Morato; MELO, Jailson José de; PILATI, Luciana Cardoso; JAMUNDÁ, Woldemar. **Jurisprudência sobre dano moral ambiental**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1407>. Acesso em 29.04.13.

bem público pertencente ao Estado, mas sim, como um bem de todos, Estado e cidadão, assim, ao lado dos interesses público e privado, desponta a tutela dos interesses difusos, categoria na qual se insere o direito ao meio ambiente.¹⁰

Dessa forma, o bem ambiental não se enquadra na definição de bens públicos e privados do Código Civil brasileiro. Trata-se de um bem qualificado como de interesse público pertencente à coletividade, de uso comum do povo, e não se trata de patrimônio público como sendo um bem da Administração Pública, mas, sim, de todos. O Direito Ambiental é um ramo do Direito Difuso e tem como características a transindividualidade, a indivisibilidade e indeterminação da titularidade, porém, os titulares indeterminados são interligados por uma circunstância de fato.

1.2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL

No Brasil, destacou-se o antigo Código Florestal, editado por meio da Lei 4.771/1965, assim com a Lei 6.938/1981, marco teórico inicial do Direito Ambiental, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente e disciplinou, em termos gerais, a responsabilidade civil, criminal e administrativa do poluidor pelos danos causados ao meio ambiente. A Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia em 1972, foi um marco mundial, na qual 113 países participaram, e onde houve um alerta mundial sobre os riscos existentes a qualquer espécie de vida, principalmente acerca da postura do Brasil à época, que era retrógrada, pois se preocupava mais com o desenvolvimento econômico de todo modo preterindo a proteção ambiental. A partir dessa Conferência, o direito ao meio ambiente passou a ser caracterizado como um direito humano. Em 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, conhecida como ECO-92 ou RIO-92, na qual houve aprovação da Declaração do Rio, com 27 princípios, bem como a Agenda 21 (instrumento com metas mundiais para a redução da poluição e alcance de um desenvolvimento sustentável).

¹⁰ ALMEIDA, Maria Carmen Cavalcanti de. **Da Legitimidade Ativa do Ministério Público nas Ações Cíveis Públicas de Meio Ambiente** in Revista de Direito Ambiental nº 19. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2000, p. 106.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 contempla normas protetivas do meio ambiente nos artigos 22, IV, XII e XXVI, 24, VI, VII e VIII, e 30, I e II (competências legislativas); art. 23, III, IV, VI, VII e XI (competências administrativas); art. 170, VI (ordem econômica ambiental); art. 182 (meio ambiente artificial); arts. 215 e 216 (meio ambiente cultural) e art. 225 (meio ambiente natural).

Há reconhecimento constitucional de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental de terceira dimensão, coletivo e transindividual. Logo, existe o reconhecimento de que a proteção do meio ambiente está intrinsecamente conectada à proteção dos direitos humanos.

Para MANCUSO, observa-se que,

[...] a defesa dos bens ambientais enquadra-se como um dos interesses difusos, já que estes últimos são “os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato” (art. 81, parágrafo único, I, da Lei 8.078/1990), enquanto o meio ambiente vem a ser um “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (CF, art. 225, caput).¹¹

Considerando, que o Direito Ambiental preocupa-se com o ser humano e que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso, que transcende a esfera do individual, portanto, um bem fundamental de imenso valor, de uso comum do povo, que pertence a todos os indivíduos, e sem o qual não há que se falar em vida na Terra, não há que se negar que o princípio da proteção e preservação ambiental está totalmente atrelado aos princípios da dignidade humana e da proteção da vida. Trata-se do princípio do mínimo existencial ecológico, pois a dignidade da pessoa humana está relacionada à qualidade ambiental.

A sadia qualidade de vida é o bem tutelado pelo direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual só será realizado através da implementação do desenvolvimento sustentável, que compatibilize a necessidade de crescimento econômico com a preservação ambiental.

Como todo direito fundamental possui historicidade, universalidade, irrenunciabilidade, inalienabilidade, limitabilidade e imprescritibilidade, ressalta-se que a pretensão de reparação do dano ambiental é perpétuo, portanto,

¹¹ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores: Lei 7.347/1985 e legislação complementar**. 12ª edição, revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2011, p. 15.

imprescritível, sendo legítima a busca de reparação para proteger o direito à vida e à saúde, pois sem um meio ambiente sadio, não há sadia qualidade de vida.

A Constituição Federal dispõe em seu art. 1º, inciso III como um dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, e dispõe ainda, em seu artigo 5º a garantia de inviolabilidade do direito à vida assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Quanto à ordem econômica, determina a observância do princípio da proteção do meio ambiente.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

Observa-se, que a indenização por dano moral está prevista expressamente na Constituição Federal, e o texto não faz nenhuma restrição de violação à esfera individual isoladamente. Ainda, a defesa do meio ambiente é o princípio fundamental da ordem econômica e financeira, baseada na livre iniciativa e concorrência, e a dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito e somente será alcançada com um desenvolvimento econômico ambiental sustentado.

Ainda, é de se observar que a competência, no tocante à proteção do meio ambiente, é comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 23, inciso VI, da CF:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

E, especificamente, a proteção ao meio ambiente foi preconizada no art. 225 da Constituição Federal que prescreve:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O ordenamento jurídico caminha no sentido de evoluir na linha de coletivização da defesa de interesses e proteger amplamente o ser humano. Uma forte corrente doutrinária pugna pela admissibilidade da indenização decorrente do chamado dano ambiental extrapatrimonial, porém, parte da doutrina tem relutado em aceitar a reparabilidade do dano moral ambiental.

O meio ambiente, por ser um direito fundamental, tem como consequência a vedação ao retrocesso ecológico. Ainda, é de se ressaltar, que as normas de proteção ao meio ambiente, por serem de ordem pública, têm aplicação imediata, ou seja, aplicam-se aos fatos ocorridos sob sua vigência, e também às consequências e aos efeitos dos fatos ocorridos sob a égide de lei anterior. A lei nova não poderá retroagir para prejudicar ato jurídico perfeito e direito adquirido, mas essa questão é muito polêmica no Direito Ambiental acerca da aplicabilidade de nova lei ambiental no tempo, principalmente, no tocante às situações consolidadas ou em execução ambiental, mas, o entendimento jurisprudencial é de que a teoria do fato consumado não se aplica ao Direito Ambiental, logo, não há direito adquirido de poluir. O STJ afirmou que “inexiste direito adquirido a poluir ou degradar o meio ambiente. O tempo é incapaz de curar ilegalidades ambientais de natureza permanente, pois parte dos sujeitos tutelados – as gerações futuras – carece de voz e de representantes que falem ou se omitam em seu nome”¹² Assim, aplica-se o princípio *in dubio pro ambiente*, pois um ato ilegal contra o meio ambiente não pode ser convalidado pelo decurso do tempo de práticas ilegais, que devem ser combatidas à medida em que surgem normas protetivas específicas, mesmo que gere uma situação consolidada, pois sem o meio ambiente equilibrado, não há saúde e bem-estar, nem vida digna.

¹² STJ, **REsp 948.921**. Data do Julgamento: 23.10.2007.

A crise ambiental acentua-se cada vez mais, e, desse modo, a legislação ambiental deve ser cada vez mais protetiva. O maior problema é quando a degradação do meio ambiente começa a ameaçar não só o bem-estar, mas a própria sobrevivência do ser humano. Assim, a proteção deve ser global, pois, caso contrário, os direitos humanos como o direito à vida e à saúde estarão ameaçados. A solidariedade entre as nações a fim de formularem políticas públicas universais para o desenvolvimento sustentável, por meio de celebração de tratados internacionais, deve crescer ainda mais.

A Constituição Federal garante, em seu art. 225, a defesa e o dever de preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Logo, é legítimo o direito de agir em juízo visando garantir às futuras gerações o direito de viver dignamente em um meio ambiente sadio e equilibrado. Trata-se de um direito subjetivo da personalidade, sendo plenamente possível aos indivíduos pleitearem o direito de defesa contra atos lesivos ao meio ambiente, pois a preservação ecologicamente equilibrada do meio ambiente é condição de vida digna e ao desenvolvimento da personalidade humana.

A regra de que apenas o indivíduo diretamente lesado em seu direito tem interesse de agir abre espaço quando se tratam de direitos coletivos (difusos) e os instrumentos utilizados para a salvaguarda do direito ao meio ambiente equilibrado para as futuras gerações pode ser a ação civil pública ou até mesmo a ação popular, pois a responsabilidade deve ser compartilhada por todos.

1.3. PRINCÍPIOS AMBIENTAIS

Vários princípios foram formados ao longo do tempo a partir das questões suscitadas sobre os problemas ambientais visando estruturar o Direito Ambiental. Dentre os princípios, menciona-se os principais, a seguir:

1.3.1 PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO

Trata-se de um princípio consagrado no artigo 225 da CRFB e nas resoluções do CONAMA, e que tem como pressuposto a certeza científica, por meio da qual é possível prever os danos ambientais decorrentes de certa atividade lesiva ao meio ambiente. Assim, busca-se condicionar o exercício da atividade econômica através de licenciamento ambiental contendo exigências de condições que visam mitigar ou elidir prejuízos ambientais. Não se confunde com o princípio da precaução, pois, aqui, o que se busca é a prevenção do dano ambiental previsível e que, geralmente, é irreversível. Tem-se um risco certo e perigo concreto.

1.3.2 PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

Não está previsto expressamente na Constituição Federal, mas, através de uma interpretação sistemática, é possível dizer que está previsto implicitamente no art. 225, pois o raciocínio a ser empregado é que a ausência de absoluta certeza científica não deve ser alegada para postergar medidas eficazes de proteção ambiental, sendo dever de todos precaverem a degradação ambiental, quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis utilizando-se o método da probabilidade não remota de dano potencial. O incerto não é algo inexistente e, na dúvida, a solução deve ser na aplicação do princípio *in dubio pro natura* com a aplicação de normas que protejam imediatamente o ser humano e conservem o meio ambiente.

Cite-se como exemplo uma atividade que causa um perigo ambiental abstrato ou potencial. Nesse caso, o Poder Público, em não havendo evolução científica que comprove o risco, não deve ser liberada a atividade supostamente impactante em prol do meio ambiente e da saúde. Aplica-se o princípio *in dubio pro natura ou salute*. Este princípio está previsto expressamente no §3º do artigo 54 da Lei 9.605/1998, que tipifica o crime de poluição, ao dispor que a autoridade

competente deve adotar medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

1.3.3 PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este princípio é resultado da ponderação entre o direito fundamental ao desenvolvimento econômico e o direito à preservação ambiental, já que tem previsão implícita no art. 225 combinado com o art. 170, VI, da Constituição Federal. Tem como pressuposto a integração da proteção ambiental ao processo de desenvolvimento. A livre iniciativa, que fundamenta a ordem econômica, por não ser absoluta, deve respeitar a incolumidade do meio ambiente, bem de uso comum do povo, e que não pode ser comprometido por interesses empresariais.

Assim, nas palavras de AMADO, "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de existência digna das gerações futuras."¹³

1.3.4 PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR

Significa que o poluidor não está imune de responsabilização e deve responder pelos custos sociais da degradação causada pela sua atividade poluidora através da agregação do valor no custo produtivo da atividade. O fato de haver pagamento pela poluição causada não significa que é possível pagar para poluir. Isso é inadmissível, pois o poluidor deve respeitar os limites de tolerância de poluição previstos na legislação ambiental. Porém, se houver extrapolação, isso não deve ser arcado pela sociedade, mas sim, deve haver a internalização, ou seja, os custos ambientais devem ser arcados por quem causou o dano ambiental. Esse princípio está previsto expressamente no § 1º, do artigo 14, da Lei 6.938/1981, ao preceituar que “é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a

¹³ AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. 3ª edição, revista, atualizada e ampliada. Editora Método. São Paulo: 2012, p. 58-59.

indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”.

1.3.5 PRINCÍPIO DO USUÁRIO-PAGADOR

Esse princípio tem como escopo o pagamento pela utilização dos recursos naturais, ainda que não haja poluição, e está previsto no inciso VII, do artigo 4º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/1981) como sendo um dos objetivos a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. Um exemplo: o uso racional da água funciona como medida educativa para inibir desperdício.

1.3.6 PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

Como é sabido, os problemas de degradações ambientais não se restringem ao âmbito local, sendo dever de um Estado ao outro a informação de situações críticas capazes de causar prejuízos fronteiriços, bem como o dever de assistência e auxílio em caso de catástrofes ecológicas. As Nações devem cooperar mutuamente através de celebração de tratados internacionais visando a proteção ambiental, pois a poluição gerada por uma nação, indiscutivelmente, atingirá o território de outra. Esse princípio está previsto do art. 77 da Lei 9.605/98, a saber:

Art. 77. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o Governo brasileiro prestará, no que concerne ao meio ambiente, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I - produção de prova;

II - exame de objetos e lugares;

III - informações sobre pessoas e coisas;

IV - presença temporária da pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V - outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor ou pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Assim, verifica-se o avanço na legislação sobre a cooperação penal internacional para preservação do meio ambiente.

1.3.7 PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL OU EQUIDADE

Visa à adoção de políticas ambientais para que as presentes gerações não utilizem de maneira irracional os recursos ambientais com o fim de reservar aos que ainda não existem, ou seja, as futuras gerações. O entendimento de AMADO, com relação ao referido princípio, é de que “há um pacto fictício com as gerações futuras, que devem também ter acesso aos recursos ambientais para ter uma vida digna, razão pela qual as nações devem tutelar com maior intensidade os animais e vegetais ameaçados de extinção”.¹⁴

1.3.8 PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE

O correto exercício do direito de propriedade é aquele que respeita a legislação ambiental e alcança a função social, como exemplo, a instituição de áreas verdes visando a preservação ambiental. A imposição da função social da propriedade decorre do texto constitucional (art.5º, XXII e XXIII), e, no Código Civil, é mencionada no art. 1.228, a saber:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 1.228, caput do Código Civil (...)

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

¹⁴ AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. 3ª edição, revista, atualizada e ampliada. Editora Método. São Paulo: 2012, p. 67.

§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

Assim, foi acrescentado dentre o uso, gozo, disposição e reivindicação, a ecologização da propriedade.

1.3.9 PRINCÍPIO DO PROTETOR-RECEBEDOR

Por esse princípio, busca-se beneficiar as pessoas físicas ou jurídicas, que preservam o meio ambiente, pois acabam beneficiando a coletividade. Trata-se de uma forma de compensar uma prestação de serviço ambiental como forma de estimular boas práticas e promover justiça ambiental. Referida compensação pode ser realizada através de benefícios financeiros pagos pelo Poder Público, concessão de créditos subsidiados, redução de base de cálculos e alíquotas de tributos, ou instituição de isenções por normas específicas.

Há previsão expressa do princípio do protetor-recebedor no art. 6º, inciso II da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No Brasil temos poucos exemplos desse tipo de benefício, como é o caso do estado de Minas Gerais que criou o Programa Bolsa Verde (os proprietários que prestam serviços ambientais recebem do poder público uma bolsa entre R\$110,00 e R\$300,00 por hectare preservado de reserva legal ou área de preservação permanente) e o estado do Amazonas, que criou o Programa Bolsa Floresta (é o pioneiro no pagamento de serviços ambientais, através do qual a população do “Amazonas Profundo” – os caboclos - recebem recompensa direta por conservarem a natureza). Assim, ainda são poucas as medidas de compensação pela prestação dos serviços ambientais, que são benefícios financeiros diretos a serem pagos pelo Poder Público, concessão de créditos subsidiados, redução de base de cálculos e alíquotas de tributos ou instituição de isenções por normas específicas.

Em 2011, com o advento da Lei 12.512, de 14.10.2011, esse princípio foi concretizado com a instituição do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. O primeiro programa proporcionou à União adotar medida específica para premiar todas as pessoas que

protegem o meio ambiente, especificamente, aqueles que estão em situação de pobreza, pois houve autorização à União de transferir recursos financeiros e de disponibilizar serviços de assistência técnica a famílias em situação de extrema pobreza.

Ainda, é de se observar que o novo Código Florestal contempla o princípio em questão no seu artigo 41, com o estabelecimento do programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente visando a criação e mobilização de incentivos jurídicos e econômicos para fomentar a preservação e a recuperação de vegetação nativa e promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.

1.3.10 PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO ECOLÓGICO

Por esse princípio, que é mais direcionado ao Poder Legislativo, busca-se vedar o recuo de conquistas de cunho ambiental, salvo em situações temporárias calamitosas. Com isso, denota-se que a proteção ambiental deve progredir e não retroceder. Esse princípio é relacionado do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e, como a poluição cresce a cada ano, pressupõe que a salvaguarda do meio ambiente tem caráter irretroativo.

1.3.11 PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO AMBIENTAL

No nosso sistema jurídico vigora o princípio da reparação integral do dano ambiental, que significa que o infrator deve ser responsabilizado por todos os efeitos decorrentes da conduta lesiva, o que permite cumulação de obrigação de fazer, de não fazer e de indenizar.

1.3.12 PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COMUM, MAS DIFERENCIADA

Trata-se de princípio que tem cunho ambiental internacional, previsto no Protocolo de Kyoto, e decorre do princípio da isonomia. Estabelece que todas as nações são responsáveis pelo controle da poluição e a busca da sustentabilidade, pois fenômenos poluidores geralmente ultrapassam as divisas territoriais de uma nação atingindo o território de outra. Com base nesse princípio, os países mais poluidores devem adotar medidas mais drásticas por serem os principais responsáveis pela degradação ambiental.

2. ANÁLISE SOBRE AS ESPÉCIES DE DANO AMBIENTAL

O dano nada mais é que a lesão a um bem ou interesse juridicamente protegido. O dano ambiental é o prejuízo causado ao meio ambiente através de uma ação ou omissão humana e que atinge todas as pessoas, direta ou indiretamente, à medida que afeta, de modo negativo, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Logo, o dano ambiental significa que ocorreram alterações nocivas ao meio ambiente. Entrementes, é difícil conceituar dano ambiental sem levar em conta a amplitude do bem protegido, a reparabilidade, a extensão e os interesses jurídicos envolvidos.

2.1 AMPLITUDE DO BEM PROTEGIDO

A doutrina analisa o conceito de meio ambiente em *estrito sensu* ou *lato sensu*.

- se o meio ambiente for conceituado restritivamente (componentes naturais do ecossistema e não abrange o patrimônio cultural ou artificial), o dano ambiental seria dano ecológico puro.
- se conceituado em *lato sensu* (o conceito adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro), ou seja, o que abrange todos os componentes do meio ambiente, inclusive o patrimônio cultural, referente a interesses difusos da coletividade, trata-se de o dano ambiental amplo.
- se o bem protegido for interesses próprios do lesado, relativos ao microbem ambiental, trata-se de dano individual ambiental ou reflexo, pois, indiretamente, ou de modo reflexo, o bem ambiental estaria tutelado à medida da tutela de um interesse do indivíduo.

2.2 REPARABILIDADE

- dano ambiental de reparabilidade direta: o interessado será diretamente indenizado, quando o dano referir-se a interesses próprios individuais e individuais homogêneos (reparabilidade reflexa com relação ao meio ambiente).
- dano ambiental de reparabilidade indireta: quando os interesses forem difusos, coletivos e eventualmente individuais de dimensão coletiva, a reparabilidade é indireta e, preferencialmente, ao bem ambiental de interesse coletivo e não objetiva indenizar interesses próprios e pessoais.

2.3 EXTENSÃO DO DANO

Nas palavras de FIGUEIREDO:

- dano ambiental patrimonial: trata-se de afetação ao equilíbrio ambiental, físico ou estético, natural ou artificial, com vistas a causar um prejuízo material à comunidade. Diz respeito a interesses de natureza material ou econômica.
- dano moral ambiental: diz respeito à sensação de dor experimentada ocasionado à sociedade ou ao indivíduo, em virtude da lesão do meio ambiente, ou seja, tutela valores de cunho moral ou ideal.¹⁵

Por sua vez LEITE e outros

De acordo com a extensão do dano ao ambiente, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Existirá dano patrimonial quando os bens lesados forem bens materiais, exigindo-se, portanto, a restituição; quando o prejuízo ao indivíduo ou à coletividade for não-patrimonial (por ter lesado bens imateriais), haverá dano extrapatrimonial ou moral. Não obstante a ampla aceitação do termo dano moral, nota-se que a denominação dano extrapatrimonial é menos restritiva, pois não vincula a possibilidade de dano à palavra moral que pode ter várias significações e tornar-se, assim, falha por imprecisão e abrangência semântica.

O dano extrapatrimonial, por sua vez, é dividido em dois aspectos, sendo que para a compreensão dessa divisão, é fundamental a noção de macrobem e microbem, já exposta. O aspecto subjetivo do dano (em que o interesse ambiental atingido diz respeito a um interesse individual) ocorre quando a vítima experimenta algum sofrimento psíquico, de afeição ou físico. Na hipótese de lesão ambiental,

¹⁵ FIGUEIREDO, William de Oliveira. **Dano Moral Ambiental**. Lumen Juris. Rio de Janeiro: 2007, p. 2.

configura-se subjetiva quando, em consequência desta, a pessoa física venha a falecer ou sofrer deformidades permanentes ou temporárias, acarretando sofrimento de ordem direta e interna. Ocorre o que se chama de dano reflexo, ou efeito ricochete, isto é, uma lesão ao meio ambiente resvala no indivíduo, causando-lhe problemas de ordem pessoal.

Verifica-se, por outro lado, o dano moral ambiental em seu aspecto objetivo (quando o interesse ambiental atingido é difuso) quando não há repercussão na esfera interna da vítima de forma exclusiva, mas diz respeito ao meio social em que vive. Nesse caso, o dano atinge valores imateriais da pessoa difusa ou da coletividade, como, por exemplo, a degradação do meio ambiente ecologicamente equilibrado ou da qualidade de vida, como um direito intergeracional, fundamental e global. Não é, nessa perspectiva, o meio ambiente um meio intermediário entre o dano e o lesado; mas é ele próprio lesado, ocorrendo uma perda de qualidade de vida das presentes gerações e um comprometimento à qualidade de vida das futuras gerações (humanas e não humanas). Entra-se aqui em uma visão antropocêntrica alargada, na qual a preservação ambiental não corresponde apenas a interesses humanos imediatos, mas preponderantemente, a um valor insito do meio ambiente, que, se preservado, culmina na sadia qualidade de vida de toda a coletividade.¹⁶

O dano ambiental coletivo afeta interesses transindividuais e agride diretamente o meio ambiente em sua dimensão de macrobem. Trata-se de dano, que compreende tanto a proteção do patrimônio natural, através da denominação de dano ecológico puro, como a do patrimônio construído pelo homem, proveniente de valores sociais e culturais.

O legislador brasileiro definiu o conceito de meio ambiente, porém, não definiu expressamente dano ambiental. Mas apesar disso, estabeleceu que o poluidor é obrigado a reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros (art. 14, §1º, da Lei 6.938/81) e definiu degradação ambiental como sendo a alteração adversa das características do meio ambiente (art. 3º, II, da Lei 6.938/81), sendo que é uma expressão mais ampla que poluição.

A Lei 6.938/81 distingue poluição de degradação.

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

II – degradação da qualidade ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

III – poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

¹⁶ LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Dano Ambiental. Do individual ao coletivo extrapatrimonial – teoria e prática** – 5ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2012, p. 74.

O dano moral, na esfera privada, passou por um processo de relutância até total aceitação, e isso é o atual momento no tocante ao dano moral ambiental, pois parte da doutrina defende a tese de que o dano moral é aceito apenas para reparar ofensa moral da pessoa individual.

No capítulo a seguir ficará evidente que a responsabilidade ambiental tem previsão constitucional, pois as condutas e atividades consideradas lesivas ou potencialmente lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, na forma do art. 225, §3º da Constituição Federal.

3. DA TRÍPLICE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade civil objetiva ambiental independe da criminal e se fundamenta-se na Teoria do Risco Integral (não admite excludentes). O dever de reparar independe da subjetividade do agente, mas depende da comprovação de uma conduta, existência de um dano e nexo de causalidade entre eles. Está prevista no art. 14, §1º da Lei 6.938/81 e alcança tanto a pessoa física quanto a jurídica.

Em matéria ambiental as infrações também estão sujeitas à tríplice responsabilização, conforme dispõe o artigo 225, §3º da Constituição Federal, mas a reparação por dano moral coletivo ocorre no âmbito civil. Entretanto, segue algumas explanações sobre a tríplice responsabilização ambiental.

3.1 DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil prevista no Código Civil de 2002 divide-se em contratual e extracontratual.

O art. 159, do Código Civil estabelece que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”. Ainda, o art. 186 preceitua que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

E o art. 187 complementa que “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

O art. 927 estabelece que “aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Como visto acima, a responsabilidade civil extracontratual ilícita é de natureza subjetiva, pois se baseia na culpa do agente.

O parágrafo único do art. 927 prevê que “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a

atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem”.

A responsabilidade civil por danos ambientais é um tema polêmico, sendo adotado pelo legislador o risco da atividade como fundamento da responsabilidade civil.

Em matéria ambiental, da mesma forma que nas regras da teoria geral da responsabilidade, as infrações estão sujeitas à tríplice responsabilização, conforme dispõe o artigo 225, §3º da Constituição Federal: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

No Brasil, foi adotada a responsabilidade objetiva, a qual significa que, pelo risco criado por atividades e bens dos agentes em aumentar ou potencializar um dano ambiental, a reparação será integral. Não se fala em culpa, mas, sim, em risco ou perigo criado pelas pessoas que causarem dano ambiental.

A responsabilidade objetiva ambiental fundamenta-se na Teoria do Risco Integral (não admite excludentes, o dever de reparar independe da subjetividade do agente e só o fato de existir atividade degradadora emerge a responsabilidade), e está prevista no art. 14, §1º da Lei 6.938/81 e alcança tanto a pessoa física quanto a jurídica.

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

[...]

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

O art. 225, §3º da Constituição Federal adotou a regra da responsabilidade objetiva trazida pela Lei 6.938/81, porém, a adoção de responsabilidade objetiva por danos ambientais não resolve, por si só, os problemas de reparação da degradação, ou seja, não satisfaz totalmente. Destaca-se, que o vínculo de causalidade não se quebra pelo fato de terceiro, caso fortuito ou força maior, e, ainda, não é possível invocar cláusula de não indenizar.

O entendimento majoritário é de que a obrigação de reparar o dano ambiental é *propter rem* e não se sujeita a prazo prescricional. Logo, a pretensão de reparação do dano ambiental é perpétua, imprescritível.

Assim, deve-se evitar a irresponsabilidade organizada, já que não pode buscar a eliminação total do risco, porém, é possível buscar uma transformação do papel do Estado e de uma nova cidadania aspirando novos valores como a ética pela vida, o uso racional e solidário dos recursos naturais, o equilíbrio ecológico e a preservação do patrimônio genético.

Conforme observa AMADO, os últimos precedentes do STJ é no sentido de ser objetiva a responsabilidade do Estado por danos ambientais, mesmo em se tratando de omissão na fiscalização ambiental, porque, nesse caso, o Estado se enquadra como poluidor indireto, podendo, após a reparação, ajuizar ação de regresso contra o poluidor.

No caso de entidade ambiental que se omite na fiscalização de atividades poluidoras, conquanto não seja entendimento pacificado internamente, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça ser a responsabilidade subjetiva, seguindo a tradicional doutrina administrativa, que exige a culpa administrativa para a responsabilização da Administração Pública. [...] Contudo, os últimos precedentes do STJ, inclusive da sua 2ª Turma, declararam a responsabilidade objetiva do Estado por danos ambientais, mesmo em se tratando de omissão na fiscalização ambiental.¹⁷

Nesse sentido foi o julgamento do REsp 1.071.741¹⁸, de 24.03.2009.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.071.741 - SP (2008/0146043-5)
RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : IARA ALVES CORDEIRO PACHECO E OUTRO(S)
RECORRIDO : MARILDA DE FÁTIMA STANKIEVSKI E OUTRO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
RECORRIDO : APARECIDO SILVIERO GARCIA
ADVOGADO : IDALUCI B C SOBREIRA
EMENTA
[...]

4. Qualquer que seja a qualificação jurídica do degradador, público ou privado, no Direito brasileiro a responsabilidade civil pelo dano ambiental é de natureza objetiva, solidária e ilimitada, sendo regida pelos princípios do poluidor-pagador, da reparação *in integrum*, da prioridade da reparação *in natura*, e de favor *debilis*, este último a legitimar uma série de técnicas de facilitação do acesso à Justiça,

¹⁷ AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado** – 3ª ed. Método. São Paulo: 2012, p. 447.

¹⁸ STJ, **REsp 1.071.741 – SP**. Rel. Ministro Herman Benjamin. Data do Julgamento 24.03.2009.

entre as quais se inclui a inversão do ônus da prova em favor da vítima ambiental. Precedentes do STJ.

5. Ordinariamente, a responsabilidade civil do Estado, por omissão, é subjetiva ou por culpa, regime comum ou geral esse que, assentado no art. 37 da Constituição Federal, enfrenta duas exceções principais. Primeiro, quando a responsabilização objetiva do ente público decorrer de expressa previsão legal, em microsistema especial, como na proteção do meio ambiente (Lei 6.938/1981, art. 3º, IV, c/c o art. 14, § 1º). Segundo, quando as circunstâncias indicarem a presença de um standard ou dever de ação estatal mais rigoroso do que aquele que jorra, consoante a construção doutrinária e jurisprudencial, do texto constitucional.

Entretanto, no caso de omissão de cumprimento adequado do dever de fiscalizar, a atual jurisprudência dominante do STJ é de que a responsabilidade civil do Poder Público é de execução subsidiária, ou seja, apenas se a execução não puder alcançar o patrimônio do poluidor direto, é que o processo executivo será direcionado ao Poder Público. Ocorre que, no processo ambiental, em respeito à celeridade processual e a prática viabilidade da reparação, entende-se ser vedada a denunciação da lide ou o chamamento ao processo, sendo necessário o ajuizamento de ação própria contra os codevedores (responsáveis subsidiários).

A responsabilidade civil, tanto a subjetiva (por atos ilícitos ou por culpa), como a objetiva (por atos lícitos ou por risco) tem sido observada devido à multiplicação dos danos ambientais.

Existem normas integrantes do direito ambiental como as normas especiais sobre a responsabilidade civil por danos nucleares (Lei nº 6.453, de 17.10.77, arts. 4º, 5º); as normas gerais sobre a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente e a terceiros decorrentes de todas as condutas ou atividades lesivas, por parte de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público e de direito privado, causadoras de degradação prejudicial aos recursos naturais e aos bens culturais (Lei nº 6.938, de 31.08.81, art. 14, § 1º); por danos à saúde das pessoas e ao meio ambiente decorrentes de atividades relacionadas com agrotóxicos, seus componentes e afins (Lei nº 7.802, de 11.07.89, art. 14); por danos ao meio ambiente decorrentes de atividades agrícolas (Lei nº 8.171, de 17.01.91, art. 23), dentre outras regras especiais e gerais aplicáveis.

Merece destaque a Lei nº 7.347, de 24.07.85, que disciplina a Ação Civil Pública de Responsabilidade por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao Consumidor, a Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico, com as complementações posteriores, pois aponta expressamente a possibilidade de reparação por dano moral ambiental.

Ocorre que, a responsabilidade civil por dano ambiental independe da criminal, mas depende da comprovação de uma conduta, da existência de um dano e de uma relação de causa e consequência entre eles e, com isso, a proteção ambiental fica comprometida, já que existem muitos danos anônimos e de emissor indeterminado. A incerteza científica é um dos maiores obstáculos à prova do nexo causal para a imputação da responsabilidade objetiva.

Pelos motivos acima, há precedente do STJ¹⁹ que inovou admitindo, expressa e excepcionalmente a responsabilidade civil ambiental independente de nexo de causalidade, no caso de adquirente de imóvel já danificado.

Processo: REsp 1056540 GO 2008/0102625-1

Relator(a): Ministra ELIANA CALMON

Julgamento: 25/08/2009

Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA

Publicação: DJe 14/09/2009

Ementa

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL -AÇÃO CIVIL PÚBLICA -DANO AMBIENTAL -CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA -RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA -ARTS. 3º, INC. IV, E 14, § 1º, DA LEI 6.398/1981 - IRRETROATIVIDADE DA LEI -PREQUESTIONAMENTO AUSENTE: SÚMULA 282/STF -PRESCRIÇÃO -DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO: SÚMULA 284/STF -INADMISSIBILIDADE.

1. A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade.

2. Excetuam-se à regra, dispensando a prova do nexo de causalidade, a responsabilidade de adquirente de imóvel já danificado porque, independentemente de ter sido ele ou o dono anterior o real causador dos estragos, imputa-se ao novo proprietário a responsabilidade pelos danos. Precedentes do STJ.(grifo meu)

3. A solidariedade nessa hipótese decorre da dicção dos arts. 3º, inc. IV, e 14, § 1º, da Lei 6.398/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).

4. Se possível identificar o real causador do desastre ambiental, a ele cabe a responsabilidade de reparar o dano, ainda que solidariamente com o atual proprietário do imóvel danificado.

5. Comprovado que a empresa Furnas foi responsável pelo ato lesivo ao meio ambiente a ela cabe a reparação, apesar de o imóvel já ser de propriedade de outra pessoa jurídica.

6. É inadmissível discutir em recurso especial questão não decidida pelo Tribunal de origem, pela ausência de prequestionamento.

7. É deficiente a fundamentação do especial que não demonstra contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

Ainda de acordo com o STJ, “para o fim de apuração do nexo de causalidade do dano ambiental, equiparam-se quem faz, quem não faz quando

¹⁹ STJ. REsp 1056540-GO 2008/0102625-1. Relatora Ministra Eliana Calmon. DJe. 14.09/2009.

deveria fazer, quem deixa fazer, quem não se importa que façam, quem financia para que façam, e quem se beneficia quanto outros fazem”.²⁰

3.2 DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

A Administração Pública tem o dever de promover e defender o interesse público, e dele não pode dispor. Para tanto, possui poderes, os quais não são absolutos, e, sim, limitados. Tais poderes devem ser exercidos em equilíbrio com os direitos dos indivíduos, especialmente, os direitos fundamentais.

De acordo com o art. 70 da Lei 9.605/1998 “considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”.

A responsabilidade administrativa resulta de infração a normas administrativas, cuja sanção pode ser advertência, multa, interdição de atividade, restrição de direitos, demolição de obra, apreensão dentre outras. Não se exige a ocorrência do dano ambiental, bastando que o agente, por ação ou omissão, infrinja a legislação administrativa ambiental, existindo infrações de dano e de perigo.

O controle administrativo preventivo das atividades, obras e empreendimentos é exercido pela administração pública, através do poder de polícia, a qual exerce a fiscalização dos administrados como forma de prevenir danos ambientais.

O poder de polícia está previsto no art. 78 do Código Tributário Nacional, conforme abaixo.

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

²⁰ REsp 650.728, de 23.10.2007.

Considerando que não existe direito absoluto, não há que se falar em incompatibilidade do poder de polícia e o exercício dos direitos individuais. O poder de polícia limita e condiciona o exercício de direitos e deve respeitar o princípio da legalidade, ou seja, a limitação de direitos deve estar prevista em lei. As imposições de obrigações e proibições é uma forma de tutelar preventivamente o meio ambiente, porém, quando não é possível evitar a ocorrência dos danos, a reparação passa a ultrapassar a esfera administrativa e deve ocorrer também na esfera cível e criminal.

A recente Lei Complementar nº 140/2011 deu prioridade ao órgão ambiental licenciador para o exercício do poder de polícia ambiental, sendo competência do órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, nos termos do art. 17, lavrar o auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

Importante mencionar a alteração introduzida na Lei. 8.666/93, através da Lei 12.349/2010, que incluiu algumas disposições em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, sendo este o desenvolvimento colocado como um dos objetivos do processo administrativo de licitação.

Entretanto, muitas são as hipóteses em que as sanções administrativas ou civis não são suficientes para a repressão ao causador do dano ambiental, e o emprego de sanções penais para a proteção do meio ambiente tem sido indispensável.

3.3 DA RESPONSABILIDADE PENAL

A Lei 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998, entrou em vigor dez anos após a promulgação da atual Constituição Brasileira, regulamentou seu art. 225, §3º, e ficou conhecida como Lei dos Crimes Ambientais. Foi um grande avanço no Direito Brasileiro, pois trouxe a previsão de responsabilidade penal da pessoa jurídica. Entretanto, para configurar a responsabilidade penal, seja de pessoas físicas ou jurídicas, é necessário apurar o dolo ou culpa dos agentes responsáveis, o que já

não garante a responsabilidade integral do bem ambiental, o qual está permeado em valores indisponíveis e de direitos humanos.

Segundo Caio Mário:

[...] as pessoas jurídicas se compõem, ora de um conjunto de pessoas, ora de uma destinação patrimonial, com aptidão para adquirir e exercer direitos e contrair obrigações. Para a constituição ou o nascimento da pessoa jurídica é necessária a conjunção de três requisitos: a vontade humana criadora, a observância das condições legais de sua formação e a liceidade de seus propósitos.²¹

Assim, somente através de atos humanos é que será possível realizar a vontade da pessoa jurídica alcançando, assim, os objetivos da empresa. Se houver determinado crime ambiental, primeiramente, há de ser identificado o agente, a pessoa física responsável pela efetivação do ato ou pela ordem de execução do delito.

Existem três correntes sobre a responsabilidade da pessoa jurídica. A primeira corrente sustenta a irresponsabilidade penal das pessoas jurídicas, entendendo que a pessoa humana pratica conduta e está submetida a sanções penais e civis, e, por outro lado, as pessoas jurídicas praticam atividades, sujeitas, portanto a sanções administrativas e civis. Essa corrente entende que o art. 3º da Lei 9.605/1998 seria inconstitucional, pois violaria o princípio da pessoalidade ou intranscendência da pena previsto no art. 5º, XLV da CF/88, uma vez que a pena não pode passar da pessoa do condenado. Essa corrente é defendida por grandes penalistas brasileiros, como Luiz Régis Prado, Dotti, Reale Jr., Bitencourt, Pierangeli e Cenichiaro.

A segunda corrente sustenta que a pessoa jurídica não pode cometer crime, pois "*societas delinquere non potest*". Segundo essa doutrina, baseada nos estudos de Furbach e Savigni, a pessoa jurídica não pode delinquir, porque ela não existe, é uma ficção jurídica, uma abstração, e, sendo assim, não poderia ter culpabilidade, potencial consciência da ilicitude do fato e imputabilidade. De consequência, se a pessoa jurídica não pode ter culpabilidade nem potencial consciência da ilicitude, qualquer tentativa de responsabilizá-la penalmente incorreria na responsabilidade objetiva, que é vedada no ordenamento jurídico brasileiro, que prima pela responsabilidade subjetiva.

²¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 295

A terceira corrente defende a tese de que “*societas delinquere potest*”, ou seja, a pessoa jurídica pode delinquir, e, portanto, é penalmente responsável por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Os defensores da terceira corrente argumentam que a pessoa jurídica não seria mera abstração ou criação da lei e, sim, teria existência própria, real, social, como os indivíduos. Argumentam, ainda, que o Direito Administrativo e o Direito Civil tornaram-se insuficientes para tutelar o meio ambiente e coibir os delitos praticados pelas pessoas jurídicas, os maiores poluidores do meio ambiente.

A doutrina majoritária é a segunda corrente, porém, a tendência é que a terceira corrente venha a prevalecer em razão da fase de transição ou mudança de entendimento que está ocorrendo na doutrina e na jurisprudência.

A grande questão enfrentada é o fato de o Direito Administrativo e o Direito Civil serem insuficientes para coibir os danos ambientais, pois se coaduna com o princípio da intervenção mínima do Direito Penal, também conhecido como *ultima ratio*, que orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.

O entendimento dos Tribunais tem respaldo na terceira corrente no sentido de que é possível a responsabilidade penal da pessoa jurídica:

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Ementa PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. DELITO AMBIENTAL. POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio" (REsp 889.528/SC, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ 18/6/07). 2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido para restabelecer a sentença condenatória em relação à empresa Dirceu Demartini ME. Processo REsp 989089 / SC RECURSO ESPECIAL 2007/0231035-7 Relator(a) Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento 18/08/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 28/09/2009.

Nos termos do art. 3º da Lei 9.605/98, para que a pessoa jurídica responda por um crime ambiental, é preciso que estejam presentes alguns pressupostos.

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

O art. 3º, caput, prevê a responsabilidade por empréstimo, por via reflexa ou por ricochete, em que a pessoa jurídica somente pode ser responsabilizada criminalmente desde que em conjunto com a pessoa física autora da conduta. Já o parágrafo único do mesmo artigo refere-se à teoria da dupla imputação. Por esta é possível a responsabilização simultânea das pessoas física e jurídica pelo mesmo fato, não configurando *bis in idem*.

As três possibilidades de responsabilização criminal das pessoas coletivas em ricochete são: a) por decisão de seu representante legal; b) por decisão contratual; c) por decisão de órgão colegiado.

O pressuposto à responsabilização criminal da pessoa jurídica, segundo o *caput* do referido artigo, é que a infração deve ser cometida no interesse ou benefício da pessoa coletiva.

O ordenamento jurídico permite a tríplice penalização do poluidor (tanto pessoa física como pessoa jurídica), que degrada o meio ambiente, sem caracterizar o chamado *bis in idem* (princípio do *non bis in idem*). Assim, quem degrada o meio ambiente pode ser responsabilizado, alternativa ou cumulativamente, nas esferas penal, administrativa e civil.

Ocorre que a exigência desses pressupostos restringe a possibilidade de responsabilizar criminalmente a pessoa jurídica. Como os direitos e garantias fundamentais possuem aplicabilidade imediata e, em observância ao Princípio da Supremacia da Constituição, entende-se que mesmo antes do advento da referida lei, já era possível responsabilizar criminalmente um ente moral.

Como a atuação da pessoa jurídica se dá por intermédio de pessoas físicas, o entendimento do STJ é de que não deve excluir a pessoa física da denúncia para não inviabilizar o prosseguimento da ação penal, entretanto, não é possível que haja a responsabilização penal da pessoa jurídica dissociada da pessoa física.

É de se notar que o STJ admite a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais, mas faz a ressalva de que deve haver a imputação

simultânea do ente moral e da pessoa física, que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio. É o que a doutrina denomina denúncia por ricochete, e, para ser responsabilizado, o representante legal deverá ter ingerência direta sobre o fato penalmente relevante, pois inexistente responsabilidade penal objetiva. Ainda, a ação penal será de iniciativa pública incondicionada em todos os crimes previstos na Lei 9.605/1998, nos termos do art. 26, tendo em vista que a coletividade sempre será afetada por um delito ambiental.

Por sua vez, o STF também admite a responsabilidade penal da pessoa jurídica:

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ementa EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME AMBIENTAL. HABEAS CORPUS PARA TUTELAR PESSOA JURÍDICA ACUSADA EM AÇÃO PENAL. ADMISSIBILIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA: INOCORRÊNCIA. DENÚNCIA QUE RELATOU a SUPOSTA AÇÃO CRIMINOSA DOS AGENTES, EM VÍNCULO DIRETO COM A PESSOA JURÍDICA CO-ACUSADA. CARACTERÍSTICA INTERESTADUAL DO RIO POLUÍDO QUE NÃO AFASTA DE TODO A COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E BIS IN IDEM. INOCORRÊNCIA. EXCEPCIONALIDADE DA ORDEM DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ORDEM DENEGADA. I - Responsabilidade penal da pessoa jurídica, para ser aplicada, exige alargamento de alguns conceitos tradicionalmente empregados na seara criminal, a exemplo da culpabilidade, estendendo-se a elas também as medidas assecuratórias, como o habeas corpus. II - Writ que deve ser havido como instrumento hábil para proteger pessoa jurídica contra ilegalidades ou abuso de poder quando figurar como co-ré em ação penal que apura a prática de delitos ambientais, para os quais é cominada pena privativa de liberdade. III - Em crimes societários, a denúncia deve pormenorizar a ação dos denunciados no quanto possível. Não impede a ampla defesa, entretanto, quando se evidência o vínculo dos denunciados com a ação da empresa denunciada. IV - Ministério Público Estadual que também é competente para desencadear ação penal por crime ambiental, mesmo no caso de curso d'água transfronteiriços. V - Em crimes ambientais, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, com conseqüente extinção de punibilidade, não pode servir de salvo-conduto para que o agente volte a poluir. VI - O trancamento de ação penal, por via de habeas corpus, é medida excepcional, que somente pode ser concretizada quando o fato narrado evidentemente não constituir crime, estiver extinta a punibilidade, for manifesta a ilegitimidade de parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal. VII - Ordem denegada. HC 92921 / BA - BAHIA HABEAS CORPUS Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI Julgamento: 19/08/2008 Órgão Julgador: Primeira Turma Publicação DJe-182 DIVULG 25-09-2008 PUBLIC 26-09-2008 EMENT. VOL-02334-03 PP-00439 RJSP v. 56, n. 372, 2008, p. 167-185 Parte(s) PACTE.(S): CURTUME CAMPELO S/A PACTE.(S): GLADSTON JOSÉ DANTAS CAMPELO PACTE.(S): RONALDO DANTAS CAMPELO PACTE.(S): ANTÔNIO RAYMUNDO DANTAS RAMIRO PACTE.(S): JOÃO CARLOS LACERDA IMPTE.(S): CURTUME CAMPELO S/A E OUTRO(A/S) ADV.(A/S): REGINALDO PEREIRA MIGUEL COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assim, não resta dúvida de que é admitida pelo STJ e pelo STF a responsabilização penal da pessoa jurídica.

Ainda, é de se frisar que o art. 70 da Lei 9.605/1998 “considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente” e a ocorrência do dano ambiental não é exigida para consumação do tipo administrativo.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Através de estudos sobre as decisões judiciais ao longo dos anos, busca-se avaliar se há efetiva proteção ambiental. Os dados foram obtidos da doutrina e jurisprudência com o fim de evidenciar a mudança de entendimento em prol da necessidade de reparação do dano ambiental moral, mas, concluirá que, mesmo diante de entendimentos favoráveis, a falta de unificação sobre o tema gera indefinição e insegurança jurídica. Os problemas ambientais somam-se ao longo do tempo e não se excluem. É preciso reforma no tocante às normas de comportamento econômico, pois existe caminho para convivência pacífica e harmônica com o meio ambiente.

4.1 DA PROTEÇÃO AMBIENTAL

As atividades danosas ao meio ambiente proliferam-se, pois a exploração dos recursos naturais é progressiva, irresponsável e ininterrupta. Os recursos naturais são remunerados a preços irrisórios, o que estimula maior extração.

Na lição do professor Paulo de Bessa Antunes:

A experiência tem demonstrado que inexiste proteção ambiental quando há uma pressão irresistível sobre os recursos naturais, que se funda na pobreza e na miséria, e que, na ilusão de superá-las, aliena e consome os recursos ambientais por preços vis, alimentando um ciclo vicioso de mais pobreza, miséria e degradação ambiental. É possível observar, no âmbito das relações internacionais, também a existência de inúmeras “medidas ambientais” que somente servem de barreiras comerciais em prejuízo das nações menos desenvolvidas.²²

O bem-estar do homem foi eleito pelo legislador como finalidade da tutela ambiental. O ar puro, a água límpida, a terra florescendo, a diversidade da fauna e

²² PAULO DE BESSA, Antunes. **Dano Ambiental: Uma abordagem Conceitual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, p. 203.

da flora são bens que têm valor de mercado, e que representa um custo de oportunidade. Porém, tais bens são utilizados a preços irrisórios. Existe certa incompatibilidade da política de redução de emissão de poluentes e o avanço tecnológico da indústria, pois, enquanto o preço da tecnologia compensar a degradação ambiental, não restará política internacional ambiental eficaz.

Com propriedade LEME MACHADO afirma que:

Não se aprecia subjetivamente a conduta do poluidor, mas a ocorrência do resultado prejudicial ao homem e a seu ambiente. A atividade poluente acaba sendo uma apropriação pelo poluidor dos direitos de outrem, pois na realidade a emissão é um confisco do direito de alguém em respirar ar puro, beber água saudável e viver com tranquilidade.²³

Como o dano ambiental é difícil de ser constatado e provado, mais difícil é comprovar a relação entre a conduta e o dano. Assim, urge mudança nas políticas ambientais para que o método de prevenção seja no sentido de analisar a conduta do poluidor antes da ocorrência do dano e se o uso do patrimônio natural está sendo racional e em respeito à capacidade do meio ambiente. Ainda, deve-se conjugar o valor do bem jurídico ambiente com o crescimento econômico e o bem-estar da população, pois, só assim haverá um desenvolvimento sustentável.

Já se fala em dano ambiental futuro que, nas palavras de CARVALHO, “é a expectativa de dano de caráter individual ou transindividual ao meio ambiente. Por se tratar de risco, não há dano atual nem certeza científica absoluta de sua ocorrência futura, mas tão somente a probabilidade de dano às futuras gerações”.²⁴

O Estado pode atuar administrativamente na proteção ambiental através de políticas ambientais, ou seja, por meio de intervenção, políticas de indução ou fomento, de inibição de comportamentos e ações de manutenção. O Direito Ambiental exerce importante papel para as políticas de inibição de comportamentos, pois estabelece limites à liberdade das pessoas e das atividades empresariais. Porém, a economia ainda é prioridade nas políticas públicas.

A doutrina brasileira adotou a regra da solidariedade passiva, como instrumento de política pública, diante do conflito entre o direito à reparação e o direito dos autores do dano atinente à cota de responsabilidade de cada um na lesão

²³ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 7. ed. Malheiros. São Paulo:1998, pag. 249.

²⁴ CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. Segunda edição. Editora Livraria do Advogado. Porto Alegre: 2013, p. 192.

ocorrida. Conforme art. 942 do Código Civil, os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

A proteção ambiental deixa de ser eficaz, à medida que as normas deixam de acompanhar a evolução de novas tecnologias. Outro problema é a dificuldade técnica e pericial para provar que uma conduta provoca lesão ao meio ambiente, e mais difícil ainda no caso de haver pluralidade de agentes causadores da lesão. Entrementes, diante da ausência de norma específica acerca da prova do nexo de causalidade do dano ambiental, aplica-se o sistema da verossimilhança previsto no caso de tutela liminar de urgência. O Ministério Público pode instruir a ação civil pública com o inquérito civil, no qual possui poderes de notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos, requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades, órgãos e entidades públicas ou privadas.

A criação de uma política global, sugerida por Canotilho, é necessária, pois a proteção do meio ambiente deve ocorrer a nível internacional e não apenas internamente por cada nação.

[...] a proteção do ambiente não deve ser feita a nível de sistemas jurídicos isolados (estatais ou não), mas, sim, a nível de sistemas jurídico-políticos, internacionais e supranacionais, de forma a que se alcance um standard ecológico ambiental razoável em nível planetários e, ao mesmo tempo, se estruture uma responsabilidade global (de estados, organizações, grupos) quanto às exigências de sustentabilidade ambiental.²⁵

A teoria da tradicional responsabilidade civil, que se baseia na individualização e pessoalidade, acaba sendo incompatível diante da complexidade ambiental. Para resolver o problema, surgiu uma teoria inovadora que visa solucionar o problema do nexo de causalidade, estabelecendo a difusão do risco entre grupos corporativos de risco, sendo possível responder pelo dano todas as empresas que assumiram o risco, e não somente a que o produziu. É a chamada coletivização da responsabilidade, também chamada de responsabilidade objetiva agravada, a qual prevê hipóteses especiais que prescindem do nexo de causalidade exigindo somente o risco próprio da atividade.

²⁵ CANOTILHO, José Joaquim. **Estado constitucional ecológico e democracia sustentada**. Revista Cedaua Coimbra. Coimbra. Ed. 2001, p. 10-11.

4.2 DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA PASSIVA NO DIREITO AMBIENTAL

A solidariedade é um instituto do Direito Civil e está previsto no art. 264, a saber:

Art. 264. Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.

A obrigação solidária ocorre quando envolve uma pluralidade de credores (solidariedade ativa) ou dos devedores (solidariedade passiva), sendo cada um titular ou responsável pela totalidade do crédito ou débito.

Em matéria ambiental, o credor é um só, ou seja, a coletividade (interesse público). Dessa forma, um poluidor, ainda que não tenha sido o único causador do dano, pode ser compelido a reparar toda a poluição ou a pagar a totalidade dos prejuízos, ressalvado o direito de regresso em face dos demais infratores.

O art. 275, do Código Civil define a solidariedade passiva.

Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

Os pressupostos necessários são: a prática de qualquer ato ou omissão, seja lícito ou ilícito, a ocorrência de um dano ambiental e o nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o dano.

A regra geral é que todos os poluidores são responsáveis solidariamente pelos danos ambientais, seja a participação no evento danoso de forma direta ou indireta (princípio do poluidor-pagador), ou, que tenha se beneficiado, ainda que indiretamente da atividade nociva ao meio ambiente. Por meio da solidariedade exige-se dos poluidores ou exploradores a recomposição do meio ambiente ou a eliminação da poluição ou degradação ambiental, bem como o pagamento de indenização, na hipótese de o retorno ao estado anterior não ser mais possível e, assim, a obrigação é convertida em perdas e danos (pecúnia).

De acordo com o art. 271, do Código Civil, ainda que convertida a prestação em perdas e danos, permanece a solidariedade.

Art. 271. Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

Até mesmo quando uma pessoa não tenha nenhum envolvimento com o evento danoso, pode ser responsabilizada de forma solidária. Entretanto, existem limites que devem ser observados na responsabilidade solidária.

4.3 OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NO DIREITO AMBIENTAL

A responsabilidade solidária possui limites quando não existe nexo de causalidade peculiar entre a conduta ou atividade e os danos gerados.

Considerando que a solidariedade não se presume, pois deve resultar de lei ou da vontade das partes, não há que se falar em solidariedade advinda de políticas públicas através de decretos, regulamentos, instruções, despachos administrativos sem fundamento legal.

O inciso VIII do art. 24 da Constituição Federal estabelece que a competência é concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal em legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, subentendendo-se a responsabilidade solidária.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Entretanto, surge o dilema acerca da legislação sobre responsabilidade solidária. Indubitavelmente, a União pode legislar sobre o tema, conforme inciso I do art. 22 (art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;) e inciso VIII do art. 24. Os estados e o Distrito Federal podem legislar em matéria ambiental, mas não impor a responsabilidade solidária, pois possuem competência concorrente e dependem de normas gerais estabelecidas pela União, conforme preconizado nos parágrafos do art. 24 da Constituição Federal.

Art. 24. [...]

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Ainda, é de se observar que a solidariedade pode ser modificada por disposição contratual com efeitos que vinculam apenas os contratantes. É sabido que não se discute culpa no tocante à responsabilidade ambiental, ou seja, perante à coletividade, os contratantes continuam responsáveis solidariamente pelos danos ambientais, mas não é errado afirmar que a culpa pode ser discutida entre as partes signatárias de um contrato, sem prejuízo ao interesse público. Assim, uma das partes do contrato poderá assumir voluntariamente a responsabilidade integral do dano ambiental e, após, utilizar-se do direito de regresso às demais partes do contrato.

Dessa forma, o limite existente é que a responsabilidade solidária só pode ser estabelecida se respaldada em lei federal.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A TEORIA DAS PROBABILIDADES PARA O NEXO DE CAUSALIDADE EM FACE DO DANO E RISCOS AMBIENTAIS

Não existe entendimento uniforme na jurisprudência brasileira acerca do nexo causal em casos de danos ambientais. Hoje vigora a teoria das probabilidades, como forma de possibilitar a reparabilidade do dano ambiental diante da complexidade comprobatória do nexo causal. Foram superadas as teorias da causalidade adequada e da equivalência das condições, pois se funda na avaliação de elementos fáticos, o que dificulta a prova do nexo causal e se torna ineficiente.

A teoria da causalidade adequada versa sobre a seleção de diversas causas possíveis daquela que apresenta probabilidade de ter ocasionado, direta ou imediata, o dano ou criado um risco intolerável para ocorrência do dano.

A teoria da equivalência das condições estabelece que o liame causal configura-se sempre que o dano possa ser vinculado a um fator de risco inerente à atividade, sem a necessidade de comprovação ou identificação da causalidade a uma atividade determinada.

As teorias acima foram inadequadas para a matéria ambiental, vez que o nexo causal é de difícil comprovação e, de acordo com a nova teoria das probabilidades, basta existir probabilidade de uma atividade ocasionar um dano ambiental para gerar a responsabilização do empreendedor, desde que esta probabilidade seja determinante. A teoria das probabilidades, resultado de debates na doutrina, surgiu dos textos internacionais, a Proposta Modificativa de Diretiva 91/219/COM do Conselho Europeu sobre responsabilidade civil por danos e prejuízos causados ao meio ambiente por resíduos, que, em seu art. 4.6 menciona que o demandante deverá provar o dano ou os prejuízos causados ao meio ambiente e estabelecer a existência de uma considerável probabilidade de presença de nexo causal entre os resíduos do produtor e o dano sofrido ou, em seu caso, os prejuízos causados ao meio ambiente.

Outro resultado para não eximir de responsabilidade é aplicar a inversão do ônus da prova. A doutrina entende ser aplicável o art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, o qual estabelece a facilitação da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, nos casos em que o magistrado entender que o demandante é hipossuficiente ou verossímil a alegação. Dessa forma, transfere-se a prova do nexo causal ao degradador e prevalece o requisito da probabilidade, ao invés da certeza. Isso gera insegurança jurídica, e urge o aperfeiçoamento da legislação com a criação de uma lei específica sobre dano ambiental como forma de diminuir o poder discricionário do juiz, o qual teria parâmetros para inverter o ônus da prova, já que não se pode deixar impune o responsável pelo dano ambiental.

Neste sentido, SAMPAIO afirma que “o princípio que norteia a inversão do ônus da prova no Código do Consumidor é, em tese, aplicável à responsabilidade civil por danos ambientais, pois as razões que justificam a inversão do ônus da prova são comuns em ambos os casos”.²⁶

Esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme decisão abaixo em Recurso Especial nº 972.902 - RS (2007/0175882-0).²⁷

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL AÇÃO CIVIL PÚBLICA DANO AMBIENTAL ADIANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS PELO *PARQUET* MATÉRIA PREJUDICADA INVERSAO DO ÔNUS DA PROVA ART. 6º, VIII, DA LEI 8.078/1990 C/C O ART. 21 DA LEI 7.347/1985 PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.

1. Fica prejudicada o recurso especial fundado na violação do art. 18 da Lei 7.347/1985 (adiantamento de honorários periciais), em razão de o juízo de 1º grau ter tornado sem efeito a decisão que determinou a perícia.
2. O ônus probatório não se confunde com o dever de o Ministério Público arcar com os honorários periciais nas provas por ele requeridas, em ação civil pública. São questões distintas e juridicamente independentes.
3. Justifica-se a inversão do ônus da prova, transferindo para o empreendedor da atividade potencialmente perigosa o ônus de demonstrar a segurança do empreendimento, a partir da interpretação do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/1990 c/c o art. 21 da Lei 7.347/1985, conjugado ao Princípio Ambiental da Precaução.
4. Recurso especial parcialmente provido.

Assim, utiliza-se o critério de verossimilhança e de probabilidade de o fato danoso ser apto a produzir lesão, considerando o grau de risco e de perigo. Entretanto, como não é toda agressão que causa prejuízo, há limite de tolerabilidade, como é o caso das mutações espontâneas da natureza.

²⁶ SAMPAIO, Francisco José Marques. **Responsabilidade civil e reparação de danos ao meio ambiente**. Lumen Juris. Rio de Janeiro: 1998, p. 232.

²⁷ STJ, **REsp 972.902/RS**. 2ª T., j. 25.08.2009, rel. Min. Eliana Calmon.

6. DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

A legislação brasileira possui um controle ambiental avançado como exemplo o estudo prévio de impacto ambiental, auditoria ambiental, zoneamento ambiental e outros. Porém, apesar de ter uma legislação moderna, o Poder Público não é eficaz, dando margem a omissões na implantação de mecanismos de controle e, conseqüentemente, a danos ambientais sucessivos.

A Lei nº 6.938/91, em seu art. 4º, VII e 14, §1º combinado com o art. 225, §3º da Constituição Federal prescreve que a obrigação de restaurar e/ou indenizar os prejuízos ambientais é do degradador.

Como o meio ambiente, dificilmente, pode ser recuperado ou recomposto na totalidade, ou seja, ao *status quo ante*, é imprescindível a conservação e manutenção do bem ambiental. Contudo, a inviabilidade da recomposição não significa irreparabilidade.

Existem duas formas de ressarcimento do dano ambiental patrimonial. A primeira é a reparação ou restauração natural ou retorno ao estado anterior à lesão, e, a segunda, pela indenização pecuniária, que funciona como uma forma de compensação ecológica, além da reparação do dano extrapatrimonial ambiental.

No entanto, o foco do presente trabalho é tratar da ocorrência e reparabilidade do dano moral ambiental. A Constituição da República prescreve a reparação por dano moral de forma ampla e integral, pois não restringiu a reparabilidade do dano moral a um indivíduo isoladamente. As dúvidas quanto à possibilidade de ocorrência do dano moral ambiental foram extintas com a introdução da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994 – alterações da lei da ação civil pública – a qual aponta para a possibilidade de reparação por danos extrapatrimoniais causados ao meio ambiente.

Uma inovação trazida pela Lei 12.305/2010, que aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, trouxe um importante dispositivo sobre os seguros ambientais, pois é possível que o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA exija no licenciamento ambiental a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública.

7. DO DANO MORAL AMBIENTAL E A INDEFINIÇÃO DA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA

A discussão doutrinária no Brasil sobre a satisfação do dano não patrimonial precedeu ao Código Civil, na qual se negava a reparação desse dano. O Código Civil de 1916 não trouxe em seu texto uma regra clara sobre a reparabilidade do dano extrapatrimonial e deixava dúvidas. O art. 76 do código antigo dispunha que “para propor, ou contestar uma ação, é necessário ter legítimo interesse econômico, ou moral. Parágrafo único. O interesse moral só autoriza a ação quando toque diretamente ao autor, ou à sua família”.

Entrementes, não era pacífica a interpretação doutrinária do referido artigo. O Código Civil vigente prevê expressamente o dano extrapatrimonial, conforme art.186 “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

7.1 DA INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE

Em 2006, houve entendimento contrário ao cabimento do dano moral ambiental, no julgamento do Recurso Especial nº 598.281/MG, pelo Ministro Teori Albino Zavascki, o qual entende que a transindividualidade é incompatível com o dano moral, e os demais ministros concordaram com ele, conforme o voto abaixo majoritário:

Todavia, a vítima do dano moral é, necessariamente, uma pessoa. Não parece ser compatível com o dano moral a idéia da "transindividualidade" (= da indeterminabilidade do sujeito passivo e da indivisibilidade da ofensa e da reparação) da lesão.

[...]

É perfeitamente viável a tutela do bem jurídico salvaguardado pela Constituição (meio ambiente ecologicamente equilibrado), tal como a realizada nesta ação civil pública, mediante a determinação de providências que assegurem a restauração do ecossistema degradado, sem qualquer referência a um dano moral. Registre-se, por fim, não haver o autor sequer indicado, na presente ação civil pública, em que consistiria o alegado dano moral (pessoas afetadas, bens jurídico lesados, etc.). (...). Ora, nem toda conduta ilícita importa em dano moral, nem, como bem

observou o acórdão recorrido, se pode interpretar o art. 1º da Lei da Ação Civil Pública de modo “a tornar o dano moral indenizável em todas as hipóteses descritas nos incisos I a V do art. 1º da referida lei”.²⁸

Ocorre, que a Constituição da República prescreve a reparação por dano moral de forma expressa, ampla e integral, ou seja, não restringiu a reparabilidade do dano moral a um indivíduo isoladamente.

7.2 DA INOVAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO

A constitucionalização do dano moral inaugurou uma nova fase no direito brasileiro, qual seja, a obrigação de compensar a dor ou a humilhação sofrida pelo indivíduo em decorrência da prática de ato ilícito.

O dano ambiental, como já foi dito, pode ser patrimonial ou extrapatrimonial. O dano moral é mais restritivo do que a expressão dano extrapatrimonial, pois está ligado a um subjetivismo. Trata-se de reparabilidade de uma lesão que afeta toda a coletividade.

Para LEITE e AYALA²⁹, “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está ligado a um direito fundamental de todos e se reporta à qualidade de vida que se configura como valor imaterial da coletividade”. Ainda, afirmam que “se o indivíduo pode ser ressarcido por lesão a um dano moral, não há óbice para que a coletividade não venha ser reparada, considerando que, do contrário, estaria se evidenciando um dano sem obrigação de compensação”.

Como, em muitas vezes, o ressarcimento patrimonial não pode ser alcançado, é mais do que justo que o dano extrapatrimonial seja reparado como forme de aplicação de sanção civil ao infrator.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais acatou a tese de que a lesão extrapatrimonial diz respeito a valores que afetam negativamente a coletividade e não se refere à dor individual, conforme consta dos autos 1.0132.05.002117-o-o, relatado pelo Des. Carreira Machado, cujo acórdão foi publicado em 22.10.2008, conforme abaixo:

²⁸ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 598.281/MG** (2003/0178629-9). Ministro Teori Albino Zavascki. Data do julgamento: 01 de junho de 2006, DJU 01.06.2006.

²⁹ LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Dano Ambiental. Do individual ao coletivo extrapatrimonial – teoria e prática** – 5ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2012, p. 258.

Processo: 101320500211700011 MG 1.0132.05.002117-0/001(1)

Relator(a): CARREIRA MACHADO

Julgamento: 16/09/2008

Publicação: 22/10/2008

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RECOMPOSIÇÃO DE ÁREA DESMATADA - DANOS MORAIS AMBIENTAIS - APELAÇÃO.

- O dano extrapatrimonial não surge apenas em consequência da dor, em seu sentido moral de mágoa, mas também do desrespeito a valores que afetam negativamente a coletividade. A dor, em sua acepção coletiva, é ligada a um valor equiparado ao sentimento moral individual e a um bem ambiental indivisível, de interesse comum, solidário, e relativo a um direito fundamental da coletividade.

- Configurado o dano extrapatrimonial (moral), eis que houve um dano propriamente dito, configurado no prejuízo material trazido pela degradação ambiental, e houve nexo causal entre o ato do autuado e este dano.³⁰

Assim, não se deve avaliar os pressupostos subjetivos do dano moral tradicional, que exige análise sobre a existência de dor, sofrimento psíquico, angústia, mas sim, deve ser considerada a lesão a interesses que não repercutem na esfera interna da vítima. Porém, o dano ambiental pode ofender tanto o interesse de ordem subjetiva como objetiva.

A lesão ao meio ambiente repercute em pessoas indeterminadas, em pessoas determinadas e em terceiro individualizado. Como já foi dito, não resta dúvida de que o legislador protege os interesses e direitos difusos e coletivos. Logo, os reflexos não patrimoniais dos danos aos direitos difusos e coletivos (leia-se meio ambiente), são passíveis de indenização.

Para PACCAGNELLA:

[...] o dano moral ambiental é o sofrimento de diversas pessoas dispersas em uma certa coletividade ou grupo social (dor difusa ou coletiva), em vista de um certo dano ao patrimônio ambiental. [...] Em resumo, a diminuição da qualidade de vida da população, o desequilíbrio ecológico, a lesão a um determinado espaço protegido, os incômodos físicos ou lesões a saúde, se constituem em lesões ao patrimônio ambiental. [...] o dano moral ambiental vai aparecer quando, além (ou independentemente) dessa repercussão física no patrimônio ambiental, houver ofensa ao sentimento difuso ou coletivo [...] Ou seja, quando a ofensa ambiental constituir dor, sofrimento, ou desgosto de uma comunidade.³¹

O dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral da coletividade, é a lesão a bem integrante da personalidade como a honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica.

³⁰ TJMG, Rel. Carreira Machado, julgamento em 16.09.2008, DJ 22.10.2008. Acesso em 23.04.2013.

³¹ PACCAGNELLA, Luis Henrique. **Dano Moral Ambiental in revista de direito ambiental** nº 13. Editora Revista dos tribunais. São Paulo: 1999, p. 46.

Nas palavras de LEITE, DANTAS e FERNANDES, toda vez que houver diminuição da qualidade de vida da população, será possível a reparação por danos morais.

Deste modo, um dos pressupostos básicos para a configuração do dano moral coletivo pode ser a ofensa à saúde e à qualidade de vida da população. Assim, sendo, toda vez que a ofensa ao meio ambiente configurar, além dos prejuízos de ordem patrimonial, uma diminuição da qualidade de vida da população, p. ex., será possível a reparação por danos morais.³²

A reparação por dano moral coletivo ambiental é um pedido corriqueiro nas ações civis públicas, pois as dúvidas sobre a admissibilidade da indenização por dano moral ambiental foram extintas com a introdução da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994, que promoveu profundas alterações no sistema da Ação Civil Pública. Mas, mesmo assim, alguns doutrinadores negam a existência de lesão coletiva, até mesmo o Superior Tribunal de Justiça, com a justificativa de que o dano moral exige a noção de dor e sofrimento psíquico de caráter individual, conforme ementa abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.³³

Do julgamento do citado Recurso Especial nº 598.281/MG, no qual a maioria foi a favor do entendimento do Ministro Teori Albino Zavascki, o voto vencido do Ministro Luiz Fux foi o mais acertado e elimina dúvidas existentes com relação à possibilidade de condenação ao pagamento de indenização por dano moral em sede de dano ambiental, conforme voto abaixo:

[...] Com efeito, originariamente, o objeto da lei que disciplina a Ação Civil Pública versava, apenas, os danos causados ao meio-ambiente, consumidor e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Contudo, a legislação sofreu significativa mudança, no sentido de ampliar o objeto da ação sub examine, para abranger a responsabilidade do infrator pelos danos morais causados a quaisquer dos valores e direitos transindividuais amparados pela referida legislação.

³² MORATO LEITE, José Rubens, DANTAS Marcelo Buzaglo e FERNANDES, Daniele Cana Verde. **O Dano Moral Ambiental e Sua Reparação in Revista de Direito Ambiental nº 04**. São Paulo: editora revista dos tribunais, p. 67.

³³ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 598.281/MG (2003/0178629-9)**. Relator Ministro Luiz Fux. Data do julgamento: 01 de junho de 2006, DJU 01.06.2006.

Deveras, o meio ambiente ostenta na modernidade valor inestimável para a humanidade, tendo por isso alcançado a eminência de garantia constitucional. Consectariamente, a preocupação precípua do julgador, nestes casos, é em evitar o dano ao meio ambiente, direito elevado e protegido a nível constitucional, não podendo ser dada interpretação judicial que venha a restringir essa proteção.

[...]

O meio ambiente, qualificado como bem público de uso comum, apresenta algumas características:

- indivisibilidade dos benefícios: posto que o bem não é divisível entre aqueles que o utilizam. Isso atrai como consequência a proibição da apropriação privada individual e o caráter difuso da titularidade;

- princípio da não exclusão de benefícios: já que todos os indivíduos têm direito ao meio ambiente, inclusive as gerações futuras. É de todos e não é de ninguém, preocupando-se por cuidá-lo na crença que outros o farão e se desfrutará igualmente. Esse efeito free rider requer incentivos à ação protetora.

[...]

O dano moral ambiental caracterizar-se-á quando, além dessa repercussão física no patrimônio ambiental, sucede ofensa ao sentimento difuso ou coletivo - v.g.: o dano causado a uma paisagem causa impacto no sentimento da comunidade de determinada região, quer como v.g; a supressão de certas árvores na zona urbana ou localizadas na mata próxima ao perímetro urbano.

Consectariamente, o reconhecimento do dano moral ambiental não está umbilicalmente ligado à repercussão física no meio ambiente, mas, ao revés, relacionado à transgressão do sentimento coletivo, consubstanciado no sofrimento da comunidade, ou do grupo social, diante de determinada lesão ambiental.

Deveras, o dano moral individual difere do dano moral difuso e *in re ipsa* decorrente do sofrimento e emoção negativas.

Destarte, não se pode olvidar que o meio ambiente pertence a todos, porquanto a Carta Magna de 1988 universalizou este direito, erigindo-o como um bem de uso comum do povo. Desta sorte, em se tratando de proteção ao meio ambiente, podem co-existir o dano patrimonial e o dano moral, interpretação que prestigia a real exegese da Constituição em favor de um ambiente sadio e equilibrado.

Portanto, o voto majoritário adotou a tese individualista, mesmo diante do fato de o meio ambiente ser um interesse difuso. Mas esse entendimento é contraditório, pois permite indenizar dano moral que atinge uma só pessoa, mas nega compensação do dano moral sofrido concomitantemente por milhares de pessoas.

O dano extrapatrimonial coletivo refere-se à violação de valores compartilhados pela coletividade, e tem como pressuposto básico a ofensa à saúde e à qualidade de vida da população, pois não há dúvida de que a lesão ao meio ambiente é a fonte geradora de ofensa a valores morais e ocasiona prejuízo ao habitat do homem e demais espécies viventes na Terra. Assim, sempre que houver um prejuízo ao meio ambiente, que gere comoção e desequilíbrio íntimo, com ofensa ao sentimento coletivo, restará presente o dano moral ambiental.

O reconhecimento do dano moral ambiental é um avanço no tocante à responsabilidade civil e respeita o princípio da vedação do retrocesso.

8. DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E SUA EFICÁCIA FRENTE AOS DANOS AMBIENTAIS

A tutela de interesses e direitos coletivos *lato sensu* se dá por meio de três ações principais: a ação popular, o mandado de segurança coletivo e a ação civil pública. O instrumento processual mais apto à defesa dos referidos interesses é a ação civil pública.

A Ação Civil Pública é o instrumento processual fundamental para a proteção do meio ambiente, pois foi criada em benefício de todos para a tutela dos direitos transindividuais, difusos e individuais homogêneo.

A Lei de Ação Civil Pública nº 7.347/85 dispõe que:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por **danos morais** e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I - ao meio-ambiente;

II - ao consumidor;

III – à ordem urbanística; (Incluído pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)

IV – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Renumerado do Inciso III, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)

V - por infração da ordem econômica e da economia popular; (Redação dada pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

VI - à ordem urbanística. (Redação dada pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

O foro competente para processar e julgar a Ação Civil Pública é regulado pelo artigo 2º da Lei nº 7.347/85, segundo o qual, diz-se competente o foro onde houver ocorrido o dano, cujo juízo terá a competência funcional para processar e julgar a causa.

Nas palavras de MANCUSO:

Também nos parece ser de natureza objetiva a responsabilidade pelos danos morais (= extrapatrimoniais) infligidos ao meio ambiente, no sentido de que esse dever de reparar decorre da configuração, no caso concreto, ao tema com a alteração advinda da Lei 8.884/94, o art. 1º da Lei 7.347/85 passou a incluir a responsabilidade pelos danos também morais aos bens e valores tuteláveis pela ação civil pública.³⁴

³⁴ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores: Lei 7.347/1985 e legislação complementar**. 12ª edição, revista, atualizada e ampliada. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2011, p. 377.

Alguns operadores do Direito defendem o dano moral ambiental com base na Constituição Federal, no princípio da dignidade humana, na legislação da Ação Civil Pública, e no Código de Defesa do Consumidor.

Nas palavras de Figueiredo, “a dignidade da pessoa humana, princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, somente será alcançada com um desenvolvimento econômico ambiental sustentado.”³⁵

Entendimento favorável também foi a decisão abaixo do Tribunal Regional Federal da 5ª Região:

DIREITO AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA TUTELA DO MEIO AMBIENTE. OBRIGAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE PAGAR QUANTIA. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PEDIDOS ART. 3º DA LEI 7.347/85. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. CONDENAÇÃO PARA RECOMPOR O DANO AMBIENTAL CAUSADO E AO PAGAMENTO DE UMA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS ECOLÓGICOS. [...] 4. A natureza do dano ambiental, porque diz respeito a um interesse difuso intangível, exige, além da reparação material - se possível de restituição à situação anterior – a reparação moral coletiva, porque não se atinge uma única esfera jurídica, mas um direito compartilhado transindividualmente por todos os cidadãos. Por isso é que é plenamente possível a condenação em indenização por dano moral coletivo, até porque existe previsão normativa expressa sobre a possibilidade de dano extrapatrimonial em relação a coletividades, consoante se depreende da parte final do artigo 1º da Lei nº 7.347/85.....(*omissis*). 7. Apelação do MPF provida, para o fim de ser o Réu condenado a pagar uma indenização pelo dano ambiental causado, no valor de 500 (quinhentas) UFIR's. Apelação do Réu improvida. Mantida a sentença recorrida em todos os seus demais termos.³⁶

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na Apelação Cível nº 2009.001.10577, decidiu da mesma forma:

APELAÇÃO CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANOS MORAIS AMBIENTAIS – RESPONSABILIDADE OBJETIVA. 1- Versa a presente demanda sobre danos ambientais causados em virtude de construção clandestina de um quiosque sobre a areia da praia na localidade Praia Grande em Angra dos Reis; 2- A responsabilidade por danos ambientais é objetiva, ou seja, independente de culpa. Restou cabalmente demonstrado que o réu-apelado estabeleceu, clandestinamente e durante bom tempo, um quiosque sobre a areia da praia, em área de preservação permanente (fls. 12/17); 3- **O dano extrapatrimonial não surge apenas em consequência da dor, em seu sentido moral de mágoa, mas também do desrespeito a valores que afetam negativamente a coletividade. A dor, em sua acepção coletiva, é ligada a um valor equiparado ao sentimento moral individual e a um bem ambiental indivisível, de interesse comum, solidário, e relativo a um direito fundamental da coletividade.**- Configurado o dano extrapatrimonial (moral), eis que houve um dano propriamente dito,

³⁵ DE OLIVEIRA. William Figueiredo. **Dano Moral Ambiental**: Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2007, p. 21.

³⁶ Tribunal Regional Federal da 5ª Região. **Apelação Cível n. 431925/CE** (2000.81.00.016020-5). Segunda Turma. Relator Desembargador Federal Francisco Barros Dias. Data do julgamento: 25 de agosto de 2009. DJE 15.09.2009, p. 180.

configurado no prejuízo material trazido pela degradação ambiental, e houve nexo causal entre o ato do autuado e este dano. 4- Recurso provido.³⁷ (grifo meu)

As decisões acima expostas estão de acordo com a proteção ambiental, e devem prevalecer sobre a tese contrária, pois qualquer dano ambiental irradia efeitos negativos ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, qualidade de vida, bem-estar social e cidades sustentáveis, direitos estes compartilhados pela comunidade, também restará configurado o dano extrapatrimonial coletivo.

O art. 81, do Código de Defesa do Consumidor preconiza que a defesa de interesses e direitos pode se dar em juízo individualmente ou a título coletivo e traz a definição de direitos difusos, coletivo e individual homogêneo.

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

8.1 INTERESSES OU DIREITOS DIFUSOS

Trata-se de interesses de uma pluralidade indeterminada ou indeterminável de sujeitos que, potencialmente, pode incluir todos os participantes da comunidade.

As principais características, nos ensinamentos de BENJAMIN, são:

- a) a transindividualidade real ou essencial ampla, quando o número de pessoas ultrapassa a esfera de atuação dos indivíduos isoladamente considerados, para leva-la a uma dimensão coletiva. Outrossim, esta transindividualidade real significa dizer que a pluralidade de sujeitos chega ao ponto de se confundir, muitas vezes, com a comunidade;
- b) a indeterminabilidade de seus sujeitos, isto é, as pessoas envolvidas são substancialmente anônimas;

³⁷ Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Apelação Cível n. 2009.001.10577**. Décima Primeira Câmara Cível. Relator Desembargador Roberto Guimarães. Data do julgamento: 11 de novembro de 2009. DJE 06.01.2010.

- c) a indivisibilidade ampla, ou seja, uma espécie de comunhão, tipificada pelo fato de que a satisfação de um só implica a satisfação de todos, assim como a lesão de um só constitui a lesão da inteira coletividade;
- d) a indisponibilidade no campo relacional jurídico, por não dispor de titulares determináveis, apresenta dificuldades em transigir de seu objeto no campo jurídico-relacional;
- e) ressarcibilidade indireta, quando não houver a reparabilidade direta aos sujeitos individualmente considerados, (levando em conta o caráter anônimo dos sujeitos) e, sim, ao fundo, para recuperação dos bens lesados.³⁸

8.2 INTERESSES OU DIREITOS COLETIVOS

Caracterizam-se pela transindividualidade determinável dos sujeitos, limitada ao grupo, à categoria ou classe de pessoas, diferente dos difusos indetermináveis, e pela relação jurídica-base que une os sujeitos. A reparabilidade é indireta.

8.3 INTERESSES OU DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

A característica marcante é a origem comum e a divisibilidade do objeto. Os interesses individuais homogêneos são de índole individualista.

A Constituição Federal define meio ambiente como um bem incorpóreo, imaterial insuscetível de apropriação, ou seja, como bem difuso e indivisível.

A Lei da Ação Civil Pública tem como foco a responsabilização dos danos patrimoniais e morais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor cultural, aos atinentes ao mercado financeiro e a outros interesses difusos.

No tocante ao dano ambiental, o inquérito civil público tem função preventiva e inibitória, pois o Ministério Público atua, na maioria dos casos, antes da lesão. A lei estabelece um mecanismo de índole preventiva que é o termo de ajustamento de conduta no caso de dano iminente ou consumado, porém, este mecanismo deve ter controle judicial, através da homologação, com prévia análise

³⁸ BENJAMIN, Antonio Herman V. **A insurreição da aldeia global versus o processo civil clássico. Textos: ambiente e consumidor.** Centro de Estudos Judiciários. Lisboa: 1996, v. 1, p. 92-96.

sobre a legalidade e validade para não desvirtuar a proteção ambiental. Dado o caráter indisponível do bem ambiental, é impossível haver transação, pois interesses da sociedade não são disponíveis. Ainda, não há que se falar que o termo de ajustamento de conduta equivale a uma transação, mas sim um instrumento semelhante, através do qual o agente se compromete a cumprir exigências legais visando corrigir irregularidades e sem haver disposição do bem. É de se frisar que o termo só pode versar sobre prazos ou condições para cumprimento efetivo das normas legais e jamais prever tolerância com a prática de atos ilícitos.

Assim, a defesa dos bens ambientais enquadra-se como um dos interesses difusos, por serem transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

A ação civil pública supriu a lacuna que surgiu com o advento da Política Nacional do Meio Ambiente. O art. 14 da Lei 6.938/81 já dispunha sobre penalidades de diversas naturezas e o Ministério Público, embora com legitimidade reconhecida para ingressar na esfera civil em busca de reparação dos danos ambientais, não dispunha de ação própria para atuar em favor da coletividade.

Recentemente, a 2ª Turma do STJ decidiu que é possível que a sentença condene o infrator ambiental ao pagamento de quantia em dinheiro a título de compensação por dano moral coletivo (REsp 1.328.753-MG, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28/5/2013).

A posição majoritária (não pacífica) é no sentido de ser cabível a condenação por dano moral coletivo. E, de acordo com o art. 3º da Lei nº 7.347/85, a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Segundo julgado recente do STJ de 24/09/2013, é permitida a cumulação das condenações em obrigações de fazer ou não fazer e indenização pecuniária em sede de ação civil pública, a fim de possibilitar a concreta e cabal reparação do dano ambiental pretérito já consumado.

AMBIENTAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. COMPLEXO PARQUE DO SABIÁ. OFENSA AO ART. 535, II, DO NÃO CONFIGURADA. CUMULAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER COM INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA. ART. 3º DA LEI 7.347/1985. POSSIBILIDADE. DANOS MORAIS COLETIVOS. CABIMENTO. (...) 2. Segundo a jurisprudência do STJ, a logicidade hermenêutica do art. 3º da Lei 7.347/1985 permite a cumulação das condenações em obrigações de fazer ou

não fazer e indenização pecuniária em sede de ação civil pública, a fim de possibilitar a concreta e cabal reparação do dano ambiental pretérito, já consumado. Microssistema de tutela coletiva.

3. O dano ao meio ambiente, por ser bem público, gera repercussão geral, impondo conscientização coletiva à sua reparação, a fim de resguardar o direito das futuras gerações a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

4. O dano moral coletivo ambiental atinge direitos de personalidade do grupo massificado, sendo desnecessária a demonstração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado.

5. Recurso especial provido, para reconhecer, em tese, a possibilidade de cumulação de indenização pecuniária com as obrigações de fazer, bem como a condenação em danos morais coletivos, com a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que verifique se, no caso, há dano indenizável e fixação do eventual *quantum debeatur*.³⁹

Para o STJ, essa conjunção “ou” tem um sentido de adição (soma), não representando uma alternativa excludente. Em outras palavras, permite-se a cumulação de condenação em dinheiro e em obrigação de fazer/não fazer em respeito ao princípio da reparação integral do dano ambiental.

³⁹ STJ, REsp 1269494/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 24/09/2013.

9. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ACERCA DO DANO MORAL AMBIENTAL

Inegavelmente, a Constituição em vigor trouxe mudança de entendimento com relação ao dano extrapatrimonial. Antes da Constituição Federal de 1988, a jurisprudência negava a possibilidade de cumular dano extrapatrimonial com o material, e, hoje, é possível reparar os danos materiais com os morais de forma independente e autônoma. A Constituição dá fundamento à tutela do direito ao meio ambiente como um direito fundamental a todos e essencial à personalidade, ou seja, para o desenvolvimento da personalidade, o homem necessita de um ambiente saudável sendo que as componentes ambientais são inseparáveis da personalidade do homem.

É muito discutida pela doutrina e jurisprudência a aceitação do dano extrapatrimonial. Não obstante a existência de posicionamentos coerentes com a proteção ambiental, a divergência ainda prossegue e, aparentemente, está longe de um consenso.

Um dos primeiros julgados favoráveis à ocorrência de dano moral ambiental ocorreu no estado do Rio de Janeiro, proferido pelo TJRJ em 07.08.2002, nos autos do processo referente à Apelação Cível 2001.001.14586, conforme breve resumo.⁴⁰

O Município do Rio de Janeiro ingressou com uma Ação Civil Pública contra réu que realizou corte de árvores com supressão de sub-bosque, próximo à Unidade de Conservação Ambiental, e iniciou construção não licenciada pela Prefeitura. O juiz monocrático condenou o réu a desfazer a obra irregular, a retirar os entulhos e a plantar 2800 mudas de espécies nativas no prazo de 90 dias.

Contudo, o Município do Rio de Janeiro apelou ao Tribunal de Justiça com vistas a garantir o pagamento de danos morais causados à coletividade pela degradação ambiental.

Em louvável e inovador voto, a desembargadora relatora Raimunda T. de Azevedo, condenou o réu, além do plantio de 2800 mudas e do desfazimento da obra irregular, ao pagamento de 200 salários mínimos a título de danos morais ambientais, revertidos em favor do fundo para recuperação dos bens lesados. Como já foi chamada à atenção, a indenização por dano moral ambiental coletivo

⁴⁰ _____. LEITE, José Rubens Morato; MELO, Jailson José de; PILATI, Luciana Cardoso; JAMUNDÁ, Woldemar. Jurisprudência sobre dano moral ambiental. TJRJ, ApCiv 14586/2001, 2ª Câmara, j. 06.03.2002, rel. Des. Maria Raimunda T. De Azevedo. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1407>. Acesso em 29.04.13.

é independente da obrigação de fazer. A seguir, as palavras da eminente desembargadora:

“...A condenação imposta com o objetivo de restituir o meio ambiente ao estado anterior não impede o reconhecimento de reparação do dano moral ambiental.

(...)

Uma coisa é o dano material consistente na poda de árvore e na retirada de sub-bosque cuja reparação foi determinada com o plantio de 2800 árvores. Outra é o dano moral consistente na perda de valores pela coletividade.”

A concessão de indenização por dano moral ambiental, nesse caso, deu-se, em parte, pela inquestionável perda da qualidade ambiental e paisagística da coletividade (diga-se: perda da qualidade de vida) ocasionadas pelo corte das árvores e pela construção de obra irregular. A Desembargadora fundamentou sua decisão caracterizando a função ecológica do bem ambiental. Segue trecho da decisão referente à descrição da inspeção técnica no local:

“A cobertura arbórea, além do seu valor ecológico/paisagístico para o local, tem como funções importantes tamponar os impactos gerados nas zonas ocupadas contribuindo para amenizar microclima local; conter a erosão do solo; reter poluentes e ruídos; servir como porta sementes; atrair a fauna entre outros aspectos relevantes, para uma área próxima a uma Unidade de Conservação Ambiental”.

Nota-se que o dano lesou vários bens ambientais, prejudicando a coletividade em vários aspectos. Os impactos mais diretamente perceptíveis referem-se ao dano paisagístico, à piora do microclima local e a diminuição de retenção de poluentes e ruídos; afetando diretamente o sossego e a saúde da coletividade. Os impactos no solo, na própria flora e na fauna denotam a perda de valores ambientais, que apesar de não serem tão diretamente perceptíveis como os primeiros, também afetam a qualidade ambiental da coletividade.

Além do mais, o direito à indenização por esses danos, relaciona-se a uma visão antropocêntrica alargada, levando em consideração valores intrínsecos do meio ambiente. Não se pode esquecer, ademais, que a degradação ambiental referida, provocou também, a perda de qualidade ambiental para as futuras gerações (art. 225 da CF), sendo, a indenização, um eficaz meio de compensação não só para as presentes gerações, como também para as futuras (humanas e não humanas).

Cumprir destacar também que a indenização por danos morais à coletividade coube, preponderantemente, em função do lapso temporal para a restauração ecológica a partir da obrigação de fazer (plantio de 2800 mudas de espécies nativas). No caso, cita a desembargadora que, o lapso temporal para a restauração ecológica é de 10 a 15 anos, no mínimo. Significa dizer, que em todo esse tempo, a coletividade “sofrerá”, de maneira irreversível, as más consequências da perda de sua qualidade de vida. Por isso, merece que os 200 salários mínimos da indenização sejam aplicados no ambiente próximo ao local da degradação, a fim de ser devidamente compensada em termos ecológicos.

Ainda, houve uma inovação na jurisprudência do STJ, órgão que, até então, negava a possibilidade de reparação por dano moral coletivo ambiental. A mudança de entendimento deveu-se ao fato de que quando são atingidos valores e interesses fundamentais de um grupo, deve-se garantir à coletividade a defesa do patrimônio imaterial. Logo, o dano moral coletivo é a lesão na esfera moral de uma comunidade, ou seja, violação de valores coletivos.

Com as mudanças históricas e legislativas, ficou reconhecida que a lesão a um bem difuso ou coletivo corresponde a um dano não patrimonial e que deve ser compensado.

A polêmica no STJ com relação ao tema trouxe inovações. Em 2009, a Primeira Turma negou um recurso em que se discutia a ocorrência de dano moral coletivo exigindo a vinculação da noção de dor, sofrimento psíquico e de caráter individual, e isso é incompatível com a noção de transindividualidade. Com o passar dos anos, entre outros pedidos que pleiteavam a indenização do dano moral coletivo, houve o reconhecimento de que a posição que afasta a possibilidade de se configurar dano à coletividade não poderia mais ser aceita. Em seu substancioso voto, a Ministra Eliana Calmon fez considerações valiosas sobre a matéria:

As relações jurídicas caminham para uma massificação e a lesão aos interesses de massa não podem ficar sem reparação, sob pena de criar-se litigiosidade contida que levará ao fracasso do direito como forma de prevenir e reparar os conflitos sociais. A reparação civil segue em seu processo de evolução iniciado com a negação do direito à reparação do dano moral puro para a previsão de reparação de dano a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, ao lado do já consagrado direito à reparação pelo dano moral sofrido pelo indivíduo e pela pessoa jurídica (cf. Súmula 227/STJ).

[...]

O dano extrapatrimonial deve ser averiguado de acordo com as características próprias aos interesses difusos e coletivos, distanciando-se quanto aos caracteres próprios das pessoas físicas que compõem determinada coletividade ou grupo determinado ou indeterminado de pessoas, sem olvidar que é a confluência dos valores que dão singularidade ao valor coletivo.

O dano moral extrapatrimonial atinge direitos de personalidade do grupo ou coletividade enquanto realidade massificada, que a cada dia mais reclama soluções jurídicas para sua proteção. É evidente que uma coletividade de índios pode sofrer ofensa à honra, à sua dignidade, à sua boa reputação, à sua história, costume e tradições. Isso não importa exigir que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação tal qual fosse um indivíduo isolado. Estas decorrem do sentimento coletivo de participar de determinado grupo ou coletividade, relacionando a própria individualidade a ideia do coletivo.⁴¹

A Segunda Turma concluiu que o dano moral coletivo pode ser examinado e mensurado e prescindiria da prova da dor, sentimento ou abalos psicológicos sofridos pelos indivíduos. Esse novo entendimento veio ao encontro do princípio da vedação do retrocesso, pois, negar a reparação de dano ambiental coletivo é negar a conquista advinda com a Constituição Federal de 1988, que dispõe expressamente que o meio ambiente deve ser defendido pelo Poder Público e pela coletividade para as presentes e futuras gerações. Logo, se cabe à coletividade também defender o meio ambiente, e se algum ato ilícito for praticado por uma pessoa física ou jurídica, todos os esforços praticados por um número considerável de pessoas, que defendem o meio ambiente, serão violados e merecem reparação.

⁴¹ RECURSO ESPECIAL Nº 1.057.274 - RS (2008/0104498-1)

Conforme assevera VENOSA:

Quase todos os danos ao ambiente são essencialmente difusos, atingindo um número mais ou menos amplo de pessoas, nem sempre facilmente identificável. Sempre haverá um enfoque coletivo nessa classe de danos. Nessa categoria de danos, na maioria das vezes, há previsibilidade de danos futuro que podem ser evitados ou previamente restritos. Há tendência de se alargar a compreensão do nexo causal nessa classe de danos, tocando a responsabilidade coletiva. De certa forma, cada cidadão, cada pessoa tem sua parcela de responsabilidade pela manutenção do meio ambiente íntegro.⁴²

Além disso, é de se ressaltar a teoria do desestímulo, que tem sido levada em conta na aplicação de indenizações por danos morais e consiste na fixação de valores que, além de reparar o dano causado, refreia tanto em relação ao próprio autor dos danos, quanto a qualquer outra em posição análoga, ou ânimo de repetir a conduta ofensiva.

Em contrapartida, a tese contrária ao raciocínio acima concluiu pela inadmissibilidade do dano moral coletivo, quer em razão de seu caráter individual, personalíssimo, divisível e disponível, contrário à noção de coletividade; quer em razão da incompatibilidade do pedido genérico de condenação ante o sistema atual de reparação civil, à justa medida do dano. Mas referida tese não deve prevalecer, pois viola o bem maior que é a vida, pois está diretamente ligada ao meio ambiente sadio e equilibrado.

Conclui-se, assim, que além de previsão legal e doutrinária, a responsabilização civil por danos morais coletivos é uma realidade cada vez mais presente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

⁴² VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil** – 10. Ed. Editora Atlas. São Paulo: 2010, p. 239.

10. COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO DANO MORAL AMBIENTAL

Diante de crescentes danos ambientais, exige-se um Direito Prospectivo, ou seja, compromissado com as gerações vindouras e com o futuro do planeta para dar efetividade e continuidade aos direitos assegurados.

O dano moral ambiental, ao contrário do dano ambiental material, pode ser reparado integralmente, mas a reparação não será individualmente, já que os lesados são indeterminados e considerados somente na dimensão difusa.

A prova do fato lesivo ao meio ambiente é suficiente para comprovação do dano moral ambiental e deve ser presumida a violação ao ideal coletivo. Logo, basta existirem os elementos que caracterizam a lesão ao direito de personalidade ao meio ambiente, pois, o equilíbrio ambiental é condição especial sem o qual não é possível viver dignamente ou ter sadia qualidade de vida.

Configurado o dano moral ambiental, ainda que haja dificuldade quanto à valorização do bem lesado, deve ser reparado. Alguns elementos devem ser avaliados como alteração ocorrida pela interferência humana no meio ambiente, bem como o limite de tolerabilidade. Deve ser analisado o caso concreto e se os impactos negativos são intoleráveis como é o caso de uso irracional do bem ambiental de forma abusiva e desregrada.

11. REPARAÇÃO DO DANO MORAL AMBIENTAL

A dificuldade para se apurar o *quantum debeatur* referente à lesão moral sempre existiu, porém, maior ainda é avaliar danos extrapatrimoniais coletivo, pois não existem normas legais ou uma tabela sobre formas específicas de reparação do dano moral ambiental. Porém, existem alguns parâmetros de quantificação como o princípio da proporcionalidade e razoabilidade e a análise da condição financeira do réu.

Entretanto, para que o dano moral ambiental não fique sem reparação, a doutrina solucionou a dificuldade utilizando o próprio ordenamento jurídico vigente, como as normas contidas no art. 944, 945 e 946 do Código Civil. O art. 946 é claro no caso de obrigação indeterminada, apura-se o valor das perdas e danos na forma da lei processual, isto é, por arbitramento a indenização. Assim, o *quantum debeatur* será sempre variável de acordo com cada caso concreto. Deve ser considerada a gravidade da lesão, a situação econômica do agente causador do dano, a extensão do dano, se há excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

Ainda, é de se observar que a economia ecológica desenvolveu métodos de valoração monetária dos recursos ambientais, os quais podem ser diretos ou indiretos. Os métodos diretos são ligados diretamente aos valores de produtividade ou mercado, porém, é limitado para recursos que já possuam preços no mercado. Os métodos indiretos são utilizados quando não existe mercado real e, através de avaliações subjetivas baseadas em pesquisas de opinião, custos evitados, benefícios perdidos, afere-se o valor do bem.

As formas de reparação do dano ambiental pode se dar através da restauração natural e pela indenização pecuniária ou compensação econômica. A restauração natural é uma forma de reparação do dano ambiental patrimonial e busca o retorno ao *status quo ante* do meio ambiente e consiste em uma obrigação de fazer. Para o dano moral ambiental cabe apenas a compensação ecológica e econômica, pois não é possível a recuperação *in natura* do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

12. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR DANOS AMBIENTAIS DIFUSOS

A liquidação de sentença condenatória por danos ambientais difusos é alcançada através da análise conjunta do direito material e processual. Ressalta-se que as técnicas processuais previstas nos arts. 461 do CPC e 84 do CDC⁴³ não são adequadas quando se trata de danos causados ao meio ambiente, pois se referem às obrigações de fazer e não fazer. Os procedimentos de liquidação de sentença previstos no CPC não são, em princípio, aptos para liquidação de sentença condenatória por danos ambientais difusos.

Dessa forma, outra técnica deve ser empregada, sendo necessária, primeiramente, a apuração dos valores dos bens e serviços ambientais danificados, dando prioridade à tutela específica de recuperar o *status quo ante* e, somente se for difícil ou impossível, recorre-se ao pagamento em dinheiro.

O problema encontrado é a fixação do *quantum debeatur*. A liquidação de sentença condenatória ambiental difusa é complexa e as regras previstas no Código de Processo Civil não são adequadas, pois existem lacunas, ou seja, não tutela o direito material e fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado por não conter técnicas adequadas à apuração dos valores dos bens e serviços ambientais.

As formas de liquidação de sentença do Código de Processo Civil, por artigos ou por arbitramento, carecem de aperfeiçoamento a fim de assegurar a efetivação do direito material ambiental, e, dessa forma, tem o presente trabalho o objetivo de demonstrar a necessidade de reformulação das formas de liquidação de sentença condenatória referentes aos direitos individuais para que possam tutelar os direitos difusos. A liquidação por artigos ocorre quando há necessidade de se provar e alegar fato novo. Isso é possível ocorrer, como é o caso de danos ambientais que se estenderam além dos previstos pela perícia. A liquidação de sentença por arbitramento também é possível em matéria ambiental, mas é insuficiente dada a

⁴³ **Art. 461. CPC.** Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

Art. 84. CDC. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

complexidade para alcançar os valores monetários dos bens e serviços ambientais, e dada a necessidade de peritos especializados em biologia, economia, engenharia florestal etc.

Assim, é de rigor uma forma de liquidação de sentença específica para apurar danos ambientais, até mesmo para garantir o princípio da segurança jurídica. Os Tribunais entendem ser cabível a condenação por danos materiais e morais, entretanto, utilizam apenas o princípio da razoabilidade, proporcionalidade e equidade, conforme decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e da maioria dos Tribunais⁴⁴.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO: 20124895

APELAÇÃO CÍVEL 10330/2011

PROCESSO: 2011221581

RELATOR: DES. CLÁUDIO DINART DÉDA CHAGAS

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - AGRAVOS RETIDOS - AUTORA QUE DEIXOU DE REQUERER SUA APRECIÇÃO NO RECURSO DE APELAÇÃO - ART. 523, §1º, DO CPC - NÃO CONHECIMENTO - REITERAÇÃO DOS AGRAVOS RETIDOS POR PARTE DA PETROBRAS - PELO CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO - DECISÃO A QUO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - PRELIMINARES REJEITADAS - MÉRITO - DANO AMBIENTAL - VAZAMENTO DE AMÔNIA NAS MARGENS E NAS ÁGUAS DO RIO SERGIPE - GRANDE MORTANDADE DE PEIXE - PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS PREJUDICADOS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - APLICAÇÃO DA TEORIA DO RISCO INTEGRAL - ART. 225, CAPUT e §3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - ART. 14 DA LEI N.º 6.938/81 - DANO INCONTROVERSO - NEXO DE CAUSALIDADE AUFERIDO POR MEIO DOS LAUDOS PERICIAIS - CONDIÇÃO DE PESCADORA - DEMONSTRADA - DANOS MORAIS - CONFIGURADOS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO - LUCROS CESSANTES - PREJUÍZO ECONÔMICO EVIDENCIADO - PESCADORES PRIVADOS DE RENDA PARA SUA SUBSISTÊNCIA - VALOR MANTIDO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - NÃO VISLUMBRADA - REQUERENTE QUE DECAIU DE PARTE MÍNIMA DE SEUS PEDIDOS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INTELIGÊNCIA DO ART. 20, §3º, DO CPC - PERCENTUAL ARBITRADO COMPATÍVEL COM A COMPLEXIDADE DO PROCESSO E FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - MANUTENÇÃO QUE SE IMPÕE - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMOS INICIAIS - DANOS MORAIS E MATERIAIS - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 362 E 43 DO STJ, RESPECTIVAMENTE - RECURSOS CONHECIDOS, PARA NEGAR PROVIMENTO AO INTERPOSTO PELA AUTORA E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO DA PETROBRAS, REDUZINDO O VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS - DECISÃO UNÂNIME. - O acervo probatório foi suficiente na formação do convencimento do Juiz a quo, levando-se, conseqüentemente, a encerrar a instrução e a julgar a demanda. Cerceamento de defesa não configurado. - A sentença prolatada encontra-se motivada, o Juiz proferiu as razões do seu convencimento, estando preenchido o requisito do artigo 93, IX, da Constituição Federal. Não se verifica

⁴⁴ TJSE, **APELAÇÃO CÍVEL 10330/2011-SE**. Rel. Des. Cláudio Dinart Déda Chagas, julgamento em 16.04.2012. Acesso em 09.05.13.

nulidade da decisão monocrática, uma vez que adequada a fundamentação utilizada pelo Magistrado ao embasamento da procedência da ação. - A Constituição Federal preceitua, no art. 225, que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos. É um direito fundamental do homem assegurado pelo legislador constituinte e encontra-se intimamente ligado ao direito à vida e à proteção da dignidade da vida humana, a fim de garantir condições adequadas de qualidade de vida. - A Lei 6.938/81, em seu art. 14, §1º, reconhece a responsabilidade objetiva daqueles que degradarem o meio ambiente. - **Na fixação do quantum debeatur da indenização, notadamente por dano moral, deve-se ter em mente o princípio da razoabilidade e observar a gravidade e a repercussão do dano, bem como a intensidade e os efeitos do sofrimento, não podendo ser considerado fonte de lucro. - Considerando a natureza da ação, o valor dado à causa, o tempo despendido ao longo do processo, e levando em consideração os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, a manutenção do montante arbitrado na primeira instância para os honorários advocatícios impõe-se.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Grupo I, da 1ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, por unanimidade de votos, em conhecer dos recursos, para desprover o interposto pela parte Autora e, em parte, prover o interposto pela Requerida, em conformidade com o relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.(grifo espontâneo)

Através da teoria econômica neoclássica é possível apurar os valores dos bens e serviços ambientais.

A reparação integral do dano ambiental está prevista no art. 225, §1º, I e §2º da Constituição Federal e também no art. 2º, VIII e VI da Lei 6.938/81. Através da interpretação sistemática e teleológica do art. 14, §1º da Lei 6.938/81 com os arts. 2º e 4º da mesma lei, conclui-se que a reparação *in natura* do dano ambiental deve ser privilegiada e, somente se não for possível, recorre-se a outras formas de reparação. A reparação integral é fundamentada no princípio do poluidor-pagador, sendo obrigação do agente poluidor internalizar todos os custos com prevenção e reparação dos danos ambientais. Deve ser considerado não apenas os prejuízos produzidos, mas também a extensão de todo o prejuízo, incluindo o dano causado ao equilíbrio ecológico.

A reparação pecuniária do dano ambiental é uma segunda modalidade de reparação do dano ambiental, e carece de aperfeiçoamento, pois não se pode calcular o montante em dinheiro de inúmeras espécies da fauna e da flora extintos muito menos o valor do equilíbrio ecológico da cadeia alimentar que foram atingidos, visto que muitos bens ambientais não possuem valor de mercado. Não obstante, em razão do princípio da reparação integral do dano ambiental, uma vez afetado um bem subjetivo ou da coletividade, deve-se buscar a reparação integral. Mesmo

sendo os prejuízos incomensuráveis, deve ser indenizado tanto sob o aspecto patrimonial quanto moral, levando-se em conta, em relação ao último, todas as circunstâncias do caso concreto.

A água e algumas espécies da fauna e da flora possuem valor de mercado, porém, não é possível valorar o bem ambiental globalmente considerado, incorpóreo e imaterial, visto que não existem métodos para mensurar o equilíbrio ambiental.

Conforme art. 13 da Lei 7.347/85, o valor arrecadado com a indenização pecuniária pelo dano ambiental será destinado a um fundo, cujo objetivo é reconstituir os bens e o sistema ecológico lesados ou outro semelhante.

12.1 CRITÉRIOS E MÉTODOS DE VALORAÇÃO ECONÔMICA DOS DANOS AMBIENTAIS

Existem manuais elaborados por estudiosos em busca de métodos para a valoração econômica de recursos ambientais, cite-se o elaborado em 1997 por Ronaldo Seroa da Motta, Coordenador da Coordenação de Estudos do Meio Ambiente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Professor da Graduação de Economia e do Mestrado de Economia do Meio Ambiente da Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro. Para ele,⁴⁵ “determinar o valor econômico de um recurso ambiental é estimar o valor monetário deste em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia”.

O uso de recursos ambientais não tem preço estipulado no mercado, entretanto, seu valor econômico existe à medida em que o uso altera o nível de produção e consumo (bem-estar) da sociedade. As externalidades são os custos da degradação, que não são incluídas no sistema de produção da atividade econômica, e, diante dessas externalidades ambientais, deve haver a intervenção estatal.

Segundo referido manual:

⁴⁵ MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. IPEA/MMA/PNUD/CNPq. Rio de Janeiro: setembro de 1997, pag. 01. Disponível em http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/manual_20serroa_20motta.pdf. Acesso em 07 maio 2013.

[...] o valor econômico dos recursos ambientais é derivado de todos os seus atributos e, segundo, que estes atributos podem estar ou não associados a um uso. Ou seja, o consumo de um recurso ambiental se realiza via uso e não-uso. [...] No caso de um recurso ambiental, os fluxos de bens e serviços ambientais, que são derivados do seu consumo, definem seus atributos. Valores de uso podem ser, por sua vez, desagregados em: Valor de Uso Direto (VUD) - quando o indivíduo se utiliza atualmente de um recurso, por exemplo, na forma de extração, visitação ou outra atividade de produção ou consumo direto; Valor de Uso Indireto (VUI) - quando o benefício atual do recurso deriva-se das funções ecossistêmicas, como, por exemplo, a proteção do solo e a estabilidade climática decorrente da preservação das florestas; Valor de Opção (VO) - quando o indivíduo atribui valor em usos direto e indireto que poderão ser optados em futuro próximo e cuja preservação pode ser ameaçada. Por exemplo, o benefício advindo de fármacos desenvolvidos com base em propriedades medicinais ainda não descobertas de plantas em florestas tropicais. O valor de não-uso (ou valor passivo) representa o valor de existência (VE) que está dissociado do uso (embora represente consumo ambiental) e deriva-se de uma posição moral, cultural, ética ou altruística em relação aos direitos de existência de espécies não-humanas ou preservação de outras riquezas naturais, mesmo que estas não representem uso atual ou futuro para o indivíduo.⁴⁶

A valoração econômica de um recurso ambiental visa avaliar a situação do bem-estar das pessoas com as mudanças nas quantidades de bens e serviços ambientais.

A reparação do dano ambiental, prevista no art. 4º, VII da Lei 6.938/81 e §3º do art. 225 da CF, pode ocorrer de três formas: reparação *in natura*, compensação ecológica e/ou pecuniária. Considerando a impossibilidade de repor o estado das coisas como era antes do dano, a reparação permite aproximar do estado anterior através da compensação.

Com o advento do Decreto 4.339/2002⁴⁷, que trata da Política Nacional da Biodiversidade, passou-se a utilizar os critérios para fixação do valor do dano ambiental, conforme inciso XIV do Anexo I, que estabelece que:

[...] o valor de uso da biodiversidade é determinado pelos valores culturais e inclui valor de uso direto e indireto, de opção de uso futuro e, ainda, valor intrínseco, incluindo os valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético.

O dano moral ambiental difuso reflete na saúde do homem e compromete a dignidade humana, pois a perda de bens ambientais acarreta angústia, medo,

⁴⁶ MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. IPEA/MMA/PNUD/CNPq. Rio de Janeiro: setembro de 1997, pag. 01. Disponível em http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/manual_20serroa_20motta.pdf. Acesso em 07 maio 2013, p. 11.

⁴⁷ BRASIL. **Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002**. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

desequilíbrio emocional, pois não se sabe se as futuras gerações poderão usufruir de recursos naturais hoje existentes.

12.2 TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA

A teoria econômica neoclássica adveio de estudos sobre critérios e métodos de atribuição de valores monetários a bens e serviços ambientais.

Os critérios estudados são valor de uso, direto ou indireto, de valor de opção e de existência. O valor econômico total é a soma dessas três espécies de valores, com a seguinte expressão: valor econômico do ambiental = valor de uso (direto e indireto) + valor de opção + valor de existência.

De acordo com artigo da estudiosa GERENT⁴⁸, as espécies de valores são:

12.2.1 Valor de uso – direto ou indireto

O critério de valor de uso (VU) é aquele atribuído a um recurso natural em razão de sua utilidade atual ou da potencialidade de uso para as gerações futuras. Refere-se ao valor que as pessoas atribuem aos bens e serviços ambientais dos quais utilizam. Este critério é empregado quando os recursos naturais são fornecidos pelo ambiente natural ao processo produtivo, e quando utilizados pelas pessoas como insumos naturais tem-se que o uso independe de se pagar ou não por elas.

Consequentemente, tem-se o valor do uso produto no que diz respeito aos bens ambientais comercializados no mercado econômico, razão pela qual não apresenta maiores dificuldades quanto à fixação de preço e, ainda, o valor de uso consumo referente aos bens consumidos, mas que não passam pelo mercado, como o caso da pesca de subsistência.

⁴⁸ GERENT, Juliana. **Liquidação de sentença condenatória por danos ambientais difusos**. Publicado em 08.10.2012. Disponível em <<http://www.fatonotorio.com.br/artigos/ver/205/liquidacao-de-sentenca-condenatoria-por-danos-ambientais-difusos>> Acesso em 07.05.2013.

O valor de uso indireto, por sua vez, advém da sua utilidade para o ecossistema e não para a coletividade diretamente.

12.2.2 Valor de opção

Ainda, os bens ambientais podem ser valorados não pela utilidade atual que oferecem aos homens ou ao ecossistema, como também, pela possibilidade de, futuramente, serem úteis às pessoas. É o chamado “valor de opção.” Refere-se às perdas dos benefícios que os bens ambientais proporcionam às presentes e futuras gerações. No momento, as pessoas não usufruem diretamente dos bens e serviços ambientais, mas, futuramente, podem ter interesse em usufruí-los. Neste sentido, valor de opção representa o *quantum* as pessoas estão dispostas a pagar pela garantia de que bens e serviços ambientais estarão dispostos para eles e as futuras gerações.

12.2.3 Valor de existência ou de não uso

Por fim, alguns bens ambientais podem ser valorados pelo fato de existirem, independentemente de qualquer utilidade, atual ou futura. Trata-se do “valor de existência” ou “valor de não uso”, relacionado com o valor que a sociedade está disposta a pagar pela preservação de um bem ambiental natural, ainda que não tenha utilidade, atual ou futura, para a sociedade. Esta avaliação “está dissociada do uso efetivo ou virtual e inclui, por exemplo, valores que as pessoas atribuem aos ecossistemas em extinção ou espécies ameaçadas.”

Analisando o critério de valor de existência, este identifica-se com o dano extrapatrimonial, pois “vincula-se à percepção de que, a par do valor de consumo dos bens naturais as pessoas atribuem valor à simples conservação de um bem ecológico independentemente do seu consumo e de seu valor de uso atual ou futuro.” Contudo, nem todo dano ambiental difuso acarreta este reflexo, nem sempre

ele será empregado no caso concreto. Tanto que, “a reparação do dano moral ambiental é autônoma em relação à reparação do patrimônio ambiental.”

Assim, a avaliação de danos ambientais deve ser considerada sob dois aspectos, material e extrapatrimonial, aquele apresentando, então, a equação: valor patrimonial do ambiente = valor de uso (direto ou indireto) + valor de opção; enquanto a apuração do valor do dano extrapatrimonial seguiria assim: valor não patrimonial do ambiente = valor de existência. Acrescenta-se que o bem ambiental pode apresentar todos esses valores simultaneamente, uma vez que a natureza é complexa, o homem ainda não foi capaz de descobrir todas as utilidades e benefícios de todas as espécies e formas de vida não-humanas.

Como não existe regra específica sobre arbitramento dos danos morais, cabe ao magistrado arbitrar o *quantum* indenizatório através da lógica do razoável, tendo como pressuposto básico para a configuração do dano moral ambiental a ofensa à saúde e à qualidade de vida da população. A fixação do *quantum* indenizatório do dano moral ambiental coletivo, na prática, tem sido idêntica ao dano moral individual. Cabe analisar o caso concreto ponderando a extensão, a gravidade e a repercussão do dano ambiental, a intensidade e a reprovabilidade da ação ou omissão, a condição econômica, política, social e cultural do infrator, inclusive, análise quanto ao proveito do degradador, o caráter punitivo e pedagógico da pena, a fim de prevenir danos futuros.

13. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO AMBIENTAL

As provas no direito processual ambiental, assim como no direito processual comum, estão previstas no art. 5º, LVI da Constituição Federal, a qual prevê que são admissíveis todas as provas, desde que lícitas.

Dada a complexidade da constatação do dano ambiental e seu nexo de causalidade, aplica-se a inversão do ônus probatório com base nos princípios da prevenção, precaução e do poluidor-pagador.

Esse entendimento foi pacificado no Superior Tribunal de Justiça, que, em ação civil pública, decidiu que o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado, no caso, o meio ambiente, deve ter em seu favor o benefício da dúvida no caso da incerteza.

ACP. DANO AMBIENTAL. ÔNUS. PROVA.

Trata-se da inversão do ônus probatório em ação civil pública (ACP) que objetiva a reparação de dano ambiental. A Turma entendeu que, nas ações civis ambientais, o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado e não eventual hipossuficiência do autor da demanda em relação ao réu conduz à conclusão de que alguns direitos do consumidor também devem ser estendidos ao autor daquelas ações, pois essas buscam resguardar (e muitas vezes reparar) o patrimônio público coletivo consubstanciado no meio ambiente. A essas regras, soma-se o princípio da precaução. Esse preceitua que o meio ambiente deve ter em seu favor o benefício da dúvida no caso de incerteza (por falta de provas cientificamente relevantes) sobre o nexo causal entre determinada atividade e um efeito ambiental nocivo. Assim, ao interpretar o art. 6º, VIII, da Lei n. 8.078/1990 c/c o art. 21 da Lei n. 7.347/1985, conjugado com o princípio da precaução, justifica-se a inversão do ônus da prova, transferindo para o empreendedor da atividade potencialmente lesiva o ônus de demonstrar a segurança do empreendimento. Precedente citado: REsp 1.049.822-RS, DJe 18/5/2009.⁴⁹

Assim, o critério de certeza é substituído pelo critério da verossimilhança no exame do nexo de causalidade. A inversão do ônus da prova, judicial e extrajudicial, é uma consequência que deve ocorrer quando ainda não for constatado o dano ambiental, mas se houver risco potencial de vir a ocorrer e que não pode ser provado por falta de prova científica, ou, então, quando os danos já ocorreram, mas não se pode constatar a causa principal ou não houver prova do nexo de causalidade entre o dano e a fonte poluidora.

⁴⁹ STJ, REsp 1.049.822-RS, DJe 18/5/2009. REsp 972.902-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 25/8/2009.

Segundo entendimento majoritário⁵⁰, a inversão do ônus da prova deve ocorrer no despacho saneador, e não por ocasião da sentença.

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - MOMENTO OPORTUNO - INSTÂNCIA DE ORIGEM QUE CONCRETIZOU A INVERSÃO, NO MOMENTO DA SENTENÇA - PRETENDIDA REFORMA - ACOLHIMENTO - RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

- A inversão do ônus da prova, prevista no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, como exceção à regra do artigo 333 do Código de Processo Civil, sempre deve vir acompanhada de decisão devidamente fundamentada, e o momento apropriado para tal reconhecimento se dá antes do término da instrução processual, inadmitida a aplicação da regra só quando da sentença proferida.

- Recurso especial conhecido em parte e, na extensão, provido.

(REsp 881651/BA, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2007, DJ 21/05/2007 p. 592)

A inversão do ônus da prova é relevante para concretizar a tutela ambiental, pois, a parte legitimada para propor ações coletivas como a Ação Civil Pública ou a Ação Popular pode não dispor de documentos para a instrução do processo e, no caso de demandas onde há interesse difuso e coletivo, pode ser aplicada a regra da inversão do ônus da prova, através da qual o juiz, na dúvida, julga em favor da tutela ambiental. Através dessa técnica processual, equipara-se a relação entre os danos ambientais, seus causadores e as vítimas.

⁵⁰ STJ. REsp 881651/BA. Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Julgamento em 10.04.2007.

CONCLUSÃO

Conclui-se com o presente trabalho que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito que deve prevalecer sobre todos os outros direitos fundamentais, pois, sem referido bem, não é possível a vida humana na Terra.

Verifica-se, que o dano ao meio ambiente afeta a coletividade, pois atinge um direito compartilhado transindividualmente por todos os seres humanos, e a reparação deve ser integral (na forma material e moral).

Para que haja uma efetiva proteção ambiental, a crise ambiental deve ser eliminada, e a política ambiental deve focar o aperfeiçoamento da educação ambiental para gerar conscientização. É necessária mudança nas políticas ambientais para que o método de prevenção seja no sentido de analisar a conduta do poluidor antes da ocorrência do dano, ou seja, se o uso do patrimônio natural está sendo racional e em respeito à capacidade do meio ambiente, pois, hoje, constata-se, que os recursos ambientais são utilizados a preços irrisórios. Ainda, deve-se conjugar o valor do bem jurídico ambiental com o crescimento econômico e o bem-estar da população, pois, só assim haverá um desenvolvimento sustentável.

Ainda, a incerteza científica é um dos maiores obstáculos à prova do nexo causal para a imputação da responsabilidade objetiva, porém, cientes de que o desenvolvimento econômico deve ser harmônico com as normas ambientais em busca de um desenvolvimento sustentável, na dúvida, deve ser aplicado o princípio *in dubio pro natura*, sendo necessária a pretensão incessante de reparação do dano ambiental.

Constata-se, que as normas não acompanham a evolução da tecnologia e que não existe norma específica acerca da prova do nexo de causalidade do dano ambiental, sendo necessário aplicar o sistema de verossimilhança previsto no processo comum para que haja conjugação do valor do bem ambiental com o crescimento econômico (desenvolvimento sustentável).

A teoria inovadora de responsabilidade objetiva agravada é uma forma de solucionar em parte o problema do nexo de causalidade, sendo possível responder

pelo dano todas as empresas que assumiram o risco, e não somente a que o produziu.

A Constituição Federal não restringe a reparabilidade do dano moral a um indivíduo isoladamente, e, assim, as objeções quanto à reparação por dano moral ambiental coletivo carecem de fundamento diante do reconhecimento constitucional do dano moral ambiental.

Ainda, inexistente uniformização da jurisprudência brasileira com relação à aplicação de uma teoria específica no tratamento dado ao nexo causal, mas a tese mais justa é a que entende que o dano moral ambiental coletivo pode ser examinado e mensurado, pois prescinde da prova da dor, sentimento ou abalo psicológico sofrido pelos indivíduos.

É necessária uma intensificação das políticas públicas ambientais, pois o modelo industrial é agressivo aos valores ambientais. Deve haver contabilização dos recursos ambientais no sistema econômico, ou seja, eliminação das externalidades.

O Poder Público deve intervir através de instrumentos econômicos em prol da sustentabilidade ambiental (tributos que favoreçam o equilíbrio ambiental, concessão de subsídios fiscais e o crédito com grandes prazos de pagamento e com juros módicos).

Algumas formas de solução para facilitar a reparação do dano é o seguro ambiental, que está previsto na Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, e, hoje, é facultativo, mas deveria ser exigido para todas as atividades potencialmente poluidoras, pois facilita a reparação do dano ao meio ambiente e é uma garantia existente diante de uma poluição súbita e acidental. Os serviços ambientais, que são benefícios financeiros diretos pagos pelo Poder Público através de concessão de créditos subsidiados, redução de base de cálculos e alíquotas de tributos, bem como isenções tributárias, devem ser incentivados cada vez mais com o fim de preservar e recuperar o meio ambiente.

Deve-se lutar por educação ambiental para que haja mudança de mentalidade de modo que todos decidam buscar a proteção ambiental global, pois, para que exista uma comunidade global sustentável, as nações devem continuar com o diálogo (cooperação globalizada), zelar pela proteção do meio ambiente, lutar pela renovação incessante de compromissos com o cumprimento integral de suas obrigações constantes em acordos internacionais, pois, só assim, haverá efetiva proteção ambiental.

Conclui-se, finalmente, que, enquanto a legislação ambiental não positivar critérios e métodos para valoração dos bens e serviços, a proteção ambiental não será efetiva e a dignidade humana só será alcançada se realmente existir desenvolvimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Carmen Cavalcanti de. **Da Legitimidade Ativa do Ministério Público nas Ações Civis Públicas de Meio Ambiente** in Revista de Direito Ambiental nº 19. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2000.
- AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquemático**, 3ª ed. Revista atualizada e ampliada. Editora Método. São Paulo: 2012.
- BENJAMIM, Antônio Herman V. (coord.). **Função ambiental. Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão**. Ed. RT. São Paulo: 1993.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano Ambiental: Uma abordagem Conceitual**. Lumen Juris. Rio de Janeiro: 2002.
- BENJAMIN, Antonio Herman V. **A insurreição da aldeia global versus o processo civil clássico**. Textos: ambiente e consumidor. Centro de Estudos Judiciários. Lisboa: 1996, v. 1.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002**. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 598.281/MG (2003/0178629-9)**. Ministro Teori Albino Zavascki. Data do julgamento: 01 de junho de 2006, DJU 01.06.2006.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 598.281/MG (2003/0178629-9)**. Relator Ministro Luiz Fux. Data do julgamento: 01 de junho de 2006, DJU 01.06.2006, p. 147.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.049.822-RS, DJe 18/5/2009. **REsp 972.902-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 25/8/2009**.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1056540 GO 2008/0102625-1**. Relatora Ministra Eliana Calmon. DJe. 14.09/2009.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.071.741 – SP**. Rel. Ministro Herman Benjamin. Data do Julgamento 24.03.2009
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 972.902/RS**. 2ª T., j. 25.08.2009, rel. Min. Eliana Calmon.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 881651/BA**. Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Julgamento em 10.04.2007.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Apelação Cível n. 2009.001.10577**. Décima Primeira Câmara Cível. Relator Desembargador Roberto Guimarães. Data do julgamento: 11 de novembro de 2009. DJE 06.01.2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. **Apelação Cível n. 431925/CE** (2000.81.00.016020-5). Segunda Turma. Relator Desembargador Federal Francisco Barros Dias. Data do julgamento: 25 de agosto de 2009. DJE 15.09.2009, p. 180.

CANOTILHO, José Joaquim. **Estado constitucional ecológico e democracia sustentada**. Revista Cedaua Coimbra. Coimbra. Ed. 2001, p. 10-11.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental**. Segunda edição. Editora Livraria do Advogado. Porto Alegre: 2013.

DE OLIVEIRA, William Figueiredo. **Dano Moral Ambiental**: Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro: 2007.

GERENT, Juliana. **Liquidação de sentença condenatória por danos ambientais difusos**. Publicado em 08.10.2012. Disponível em <<http://www.fatonotorio.com.br/artigos/ver/205/liquidacao-de-sentenca-condenatoria-por-danos-ambientais-difusos>> Acesso em 07.05.2013.

LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Dano Ambiental. Do individual ao coletivo extrapatrimonial** – teoria e prática – 5ª edição revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2012.

LEITE, José Rubens Morato; MELO, Jailson José de; PILATI, Luciana Cardoso; JAMUNDÁ, Woldemar. Jurisprudência sobre dano moral ambiental. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1407>. Acesso em 29.04.13.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação Civil Pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores: Lei 7.347/1985 e legislação complementar**. 12ª edição, revista, atualizada e ampliada. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2011.

MORATO LEITE, José Rubens, DANTAS Marcelo Buzaglo e FERNANDES, Daniele Cana Verde. **O Dano Moral Ambiental e Sua Reparação** in Revista de Direito Ambiental nº 04. São Paulo: editora revista dos tribunais.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. IPEA/MMA/PNUD/CNPq. Rio de Janeiro: setembro de 1997. Disponível

em http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboost_files/manual_20serroa_20motta.pdf.

Acesso em 07 maio 2013.

PACCAGNELLA, Luis Henrique. **Dano Moral Ambiental in revista de direito ambiental nº 13**. Editora Revista dos tribunais. São Paulo: 1999.

PAULO DE BESSA, Antunes. **Dano Ambiental: Uma abordagem Conceitual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p.295. MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 7. Ed. Malheiros. São Paulo: 1998.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002. **Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais**. Publicada no DOU nº 138, de 19 de julho de 2002, Seção 1, páginas 75-76.

SAMPAIO, Francisco José Marques. **Responsabilidade civil e reparação de danos ao meio ambiente**. Lumen Juris. Rio de Janeiro: 1998.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. Malheiros. São Paulo, 1994.

STJ, **REsp 948.921**. Data do Julgamento: 23.10.2007.

STJ, **REsp 1.071.741 – SP**. Rel. Ministro Herman Benjamin. Data do Julgamento 24.03.2009.

STJ. **REsp 1056540-GO** 2008/0102625-1. Relatora Ministra Eliana Calmon. DJe. 14.09/2009. STJ, **REsp 972.902/RS**. 2ª T., j. 25.08.2009, rel. Min. Eliana Calmon. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 598.281/MG** (2003/0178629-9). Ministro Teori Albino Zavascki. Data do julgamento: 01 de junho de 2006, DJU 01.06.2006.

STJ, **REsp 1269494/MG**, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 24/09/2013.

STJ, REsp 1.049.822-RS, DJe 18/5/2009. **REsp 972.902-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 25/8/2009**.

STJ. **REsp 881651/BA**. Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Julgamento em 10.04.2007.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Apelação Cível n. 2009.001.10577**. Décima Primeira Câmara Cível. Relator Desembargador Roberto Guimarães. Data do julgamento: 11 de novembro de 2009. DJE 06.01.2010.

Tribunal Regional Federal da 5ª Região. **Apelação Cível n. 431925/CE** (2000.81.00.016020-5). Segunda Turma. Relator Desembargador Federal Francisco Barros Dias. Data do julgamento: 25 de agosto de 2009. DJE 15.09.2009, p. 180.

TJMG, Rel. Carreira Machado, julgamento em 16.09.2008, DJ 22.10.2008. Acesso em 23.04.2013.

TJSE, **APELAÇÃO CÍVEL 10330/2011-SE**. Rel. Des. Cláudio Dinart Déda Chagas, julgamento em 16.04.2012. Acesso em 09.05.13.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil – 10**. Ed. Editora Atlas. São Paulo: 2010.